

# RELATÓRIO E CONTAS

**ANO 2019**

# **RELATÓRIO E CONTAS - 2019**

Imprensa Nacional de Cabo Verde, julho de 2020



## ÍNDICE

Índice de gráficos.....	III
Índice de Figuras.....	III
Lista de abreviaturas e seus significados.....	IV
Mensagem do Presidente.....	2
1. ENQUADRAMENTO.....	3
2. PRINCIPAIS INDICADORES.....	4
3. ÓRGÃO SOCIAIS.....	5
3.1 <i>Estrutura dos corpos sociais</i> .....	5
3.2 <i>Composição dos órgãos sociais</i> .....	5
3.3 <i>Remuneração dos membros do Órgãos Sociais</i> .....	6
4. PARTES RELACIONADAS.....	6
5. ORGANIGRAMA DA INCV.....	7
6. RECURSOS HUMANOS.....	8
7. PRODUÇÃO.....	11
8. BOLETIM OFICIAL.....	12
9. ANÁLISE ECONÓMICA-FINANCEIRA.....	14
9.1 <i>Resultados</i> .....	14
9.2 <i>Estrutura Financeira e Patrimonial</i> .....	15
9.3 <i>Alguns Indicadores e Rácios</i> .....	16
10. PERSPETIVAS PARA 2020.....	18
11. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	20
12. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	21
13. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	22
13.1 Balanço em 31 de dezembro de 2019.....	22
13.2 Demonstração de Resultados por Natureza.....	23
13.3 Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	24
13.4 Demonstração das Alterações de Capital Próprio.....	25
14. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 2019.....	27
ANEXOS.....	55
Anexo n.º1: Ata de aprovação das Contas de 2019;.....	57
Anexo n.º2: Relatório e Parecer do Auditor Externo.....	61
Anexo n.º3 : Parecer do Fiscal Único.....	67



## Índice de gráficos

<b>Gráfico 1 - Evolução da edição do Boletim Oficial entre 2017 e 2019</b> .....	13
<b>Gráfico 2 -Variação da estrutura de Balanço (2019/2018)</b> .....	15
<b>Gráfico 3 - Variação da Autonomia Financeiro, Endividamento e Solvabilidade (2019/2018)</b> .....	16
<b>Gráfico 4 – Variação da Liquidez geral, Reduzida e Imediata (2018/2019)</b> .....	17

## Índice de Figuras

<b>Figura 1 - Organigrama</b> .....	7
-------------------------------------	---



## **Lista de abreviaturas e seus significados**

AFT – Ativo Fixo Tangível

AI – Ativo Intangível

BCV – Banco de Cabo Verde

BO - Boletim Oficial

CA – Conselho de Administração

DAF – Direção Administrativa e Financeira

DC – Direção Comercial

DP - Direção de Produção

EBIT - *Earnings Before Interest ante Taxes*

EBITDA - *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*

EBT - *Earnings Before Taxes*

ERP–*Enterprise Resource Planning*

INCW – Imprensa Nacional de Cabo Verde

INPS – Instituto Nacional de Previdência Social

IUR – Imposto Único sobre Rendimento

IVA – Imposto Sobre Valor Acrescentado

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PCA – Presidente do Conselho de Administração

PCCS – Plano de Cargos, Carreiras e Salários

OMS - Organização Mundial da Saúde

RA – Reforma Antecipada



Rua da Macaronésia, Achada Grande Frente, C.P.113; Praia - Cabo Verde  
Tel.: (+238) 261 21 45/ 41 50; Fax: (+238) 261 42 09; E-mail: incv@incv.cv; Web: www.incv.cv

---

**Excelentíssimos Senhores,**

Nos termos da Lei que rege o Sector Empresarial do Estado<sup>1</sup>e dos Estatutos<sup>2</sup> da Imprensa Nacional de Cabo Verde, S.A., submetemos à vossa apreciação o **Relatório e Contas de 2019**.

---

<sup>1</sup>Lei n.º47/VII/2009 de 7 de dezembro, B.O. da Republica de Cabo Verde, n.º46, 1ª Série, pág. 985  
<sup>2</sup>Decreto-Lei n.º3/2011 de 3 de janeiro, B.O. da Republica de Cabo Verde, n.º1, 1ª Série, pág. 42

## Mensagem do Presidente

A Imprensa Nacional de Cabo Verde, SA. é uma das instituições públicas mais antigas do país, tendo contribuído ao longo dos seus 177 anos de existência para o desenvolvimento do sector gráfico nacional e particularmente, nas últimas décadas, para a consolidação da Democracia e do Estado de Direito em Cabo Verde. Hoje a INCV afigura-se indubitavelmente uma referência nacional e um símbolo da identidade do povo cabo-verdiano.

Ao longo dos últimos anos, a aposta na reestruturação organizacional, na formação contínua e especialização dos seus colaboradores, bem como o recurso às novas tecnologias e engenharias traduzem uma fórmula de crescimento paulatino, sólido e sustentável, representada não só em números, mas na melhoria significativa da qualidade do serviço público que a INCV presta aos cidadãos e ao país, através da edição e publicação do jornal oficial.

Os resultados alcançados no exercício de 2019 atestam o sucesso da fórmula supra referida, onde o esforço, o engajamento e profissionalismo particularmente dos trabalhadores assumem um papel essencial e acrescentam significativos valores à organização.

Neste quadro organizacional e financeiro, a INCV ganha fôlego e musculatura para avançar confiante na realização dos investimentos necessários para expansão da sua atividade e oferta de novos produtos, mormente os documentos de segurança, sem descurar da sua principal missão de veicular os atos normativos, de modo a levá-los ao efetivo conhecimento de todos cidadãos, tornando a acessibilidade ao BO não só universal, mas inclusiva.

Contamos no próximo ano já ter a gráfica de segurança operacional, materializando, assim, um dos principais objetivos gizados pela Administração em exercício e respondendo, por outro, a uma das grandes e prementes necessidades do país.

Para o efeito, o empenho individual e o trabalho coletivo de todos os colaboradores continuarão a ser peças nevrálgicas, pelo que termino, como habitualmente, com uma palavra de reconhecimento e de agradecimento a toda família da INCV, a todos aqueles que, diária e incansavelmente, contribuem para o bom desempenho da empresa.

*Dr. Miguel Hochimini Almeida Pires Semedo*



## 1. ENQUADRAMENTO

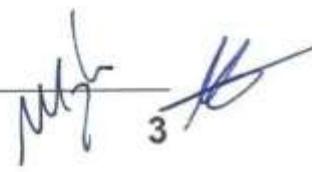
A economia nacional registou uma assinalável dinâmica em 2018 para a qual contribuíram, principalmente, a política orçamental de consolidação das receitas e visando a melhoria do ambiente de negócios, bem como a procura externa crescente, refere o Relatório Anual do Banco de Cabo Verde (BCV).

No que tange às expetativas para 2019, segundo as Projeções macroeconómicas para 2019 do BCV perspectiva-se um crescimento do PIB em volume a volta de 5%, suportado por uma maior dinâmica de investimentos (público e privado) e num contínuo e significativo aumento do consumo público. Para 2019 a taxa média anual de inflação deverá baixar de 1,3% para 0,9 %

A dinâmica económico-financeira dos mercado dos EUA, Zona Euro e China continuam a revelar-se fundamental para a economia nacional. De notar, que a performance económica dos EUA foi mais consistente registando um crescimento do PIB de 0,7% e a Zona Euro, cresceu 1,9% em 2018.

Com um Resultado liquido do período de mESC 41.567 em 2019, grosso modo, pode-se considerar de positivo o desempenho económico da imprensa Nacional, embora em termos de investimentos ficou-se a 79% do previsto.

A nível de gestão de Recursos Humanos, destaca-se a implementação do novo PCCS e a reestruturação do pessoal.

  3 

## 2. PRINCIPAIS INDICADORES

DESCRIÇÃO	2019	2018	Variação	
			Valor	%
<b>Operacionais</b>				
Volume de Negócios	144 955	144 631	324	0,2%
<i>Vendas</i>	54 408	57 926	(3 518)	-6,1%
<i>Prestação de Serviços</i>	90 548	86 706	3 842	4,4%
<b>Pessoal</b>				
N.º de Trabalhadores	63	65	(2)	-3,1%
<i>Trabalhadores Ativos</i>	42	65	(23)	-35,4%
<i>Reforma Antecipada</i>	21	-	21	0,0%
Gastos com pessoal	47 192	66 593	(19 402)	-29,1%
<b>Resultados</b>				
EBITDA	71 035	(84 438)	155 473	-184,1%
Margem EBITDA (%)	49%	-58%		
EBIT	52 471	(103 828)	156 299	-150,5%
Margem EBIT (%)	36%	-72%		
Resultado Líquido do Período	41 567	(108 479)	150 046	-138,3%
<b>Produtividade</b>				
N.º Trabalhadores / EBITDA	1 128	(1 299)	2 427	-186,8%
N.º Trabalhadores / EBIT	833	(1 597)	2 430	-152,1%
<b>Estrutura Financeira</b>				
Capital Próprio	149 482	103 386	46 096	44,6%
Capital Alheio	136 402	157 242	(20 841)	-13,3%
Capital Permanentes	285 884	260 629	25 255	9,7%
<b>Cash Flow</b>				
Cash Flow Operacional	18 425	40 287	(21 863)	-

### 3. ÓRGÃO SOCIAIS

#### 3.1 Estrutura dos corpos sociais

A Imprensa Nacional de Cabo Verde possui os seguintes corpos sociais:

- i. Assembleia Geral, cujas competências são exercidas através da Direção Geral do Tesouro, em representação do único Acionista – Estado de Cabo Verde;
- ii. Conselho de Administração, composto por três membros, sendo dois com funções executivas e um não executivo;
- iii. Fiscal Único – Responsável pelo controlo da legalidade e da boa gestão financeira e patrimonial da empresa, tendo sido instituído em junho de 2018.

#### 3.2 Composição dos órgãos sociais

i. Assembleia Geral:

ii. Conselho de Administração

O Conselho de Administração é constituído por três elementos, conforme o quadro a seguir:

Cargo	Nome	Pelouro
PCA	Dr. Miguel Hochimini Almeida Pires Semedo	Cooperação, Jurídico, Finanças e Cobrança, Boletim Oficial, Recursos Humanos, Gráfica de Segurança
Administrador Executivo	Eng.º Margarito Augusto B. Martins Tavares	Produção, Logística, Comercial & Marketing, Sistema de Informação
Administrador Não Executivo	Dr. Vitalzinho Vieira Landim	Coadjuva nas áreas de Produção, Financeira e Comercial

iii. Fiscal Único : Dr. Bruno Lopes



### 3.3 Remuneração dos membros do Órgãos Sociais

<b>Assembleia Geral</b>	<b>Valor/Mês</b>
Presidente de Mesa de AG	30 000
Secretário de AG	27 000
<b>Subtotal - Assembleia Geral</b>	<b>57 000</b>
<b>Conselho de Administração</b>	<b>Valor</b>
Presidente do Conselho de Administração	240 000
Administrador Executivo	216 000
Administrador Não Executivo	72 000
<b>Subtotal do Conselho de Administração</b>	<b>528 000</b>
<b>Fiscal Único</b>	<b>30 000</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>615 000</b>

## 4. PARTES RELACIONADAS

Considera-se como partes relacionadas o Estado de Cabo Verde, como acionista único da INCV, e os Outros Entes Públicos.

As operações realizadas com as partes relacionadas, durante o exercício de 2019, traduzem-se na relação da INCV como fornecedor e prestador de serviços às referidas partes relacionadas e contribuinte, em matéria de cumprimento das obrigações fiscais e contributivas. Para mais informações ver Nota 26 do Anexo às Demonstrações Financeiras.

## 5. ORGANIGRAMA DA INCV

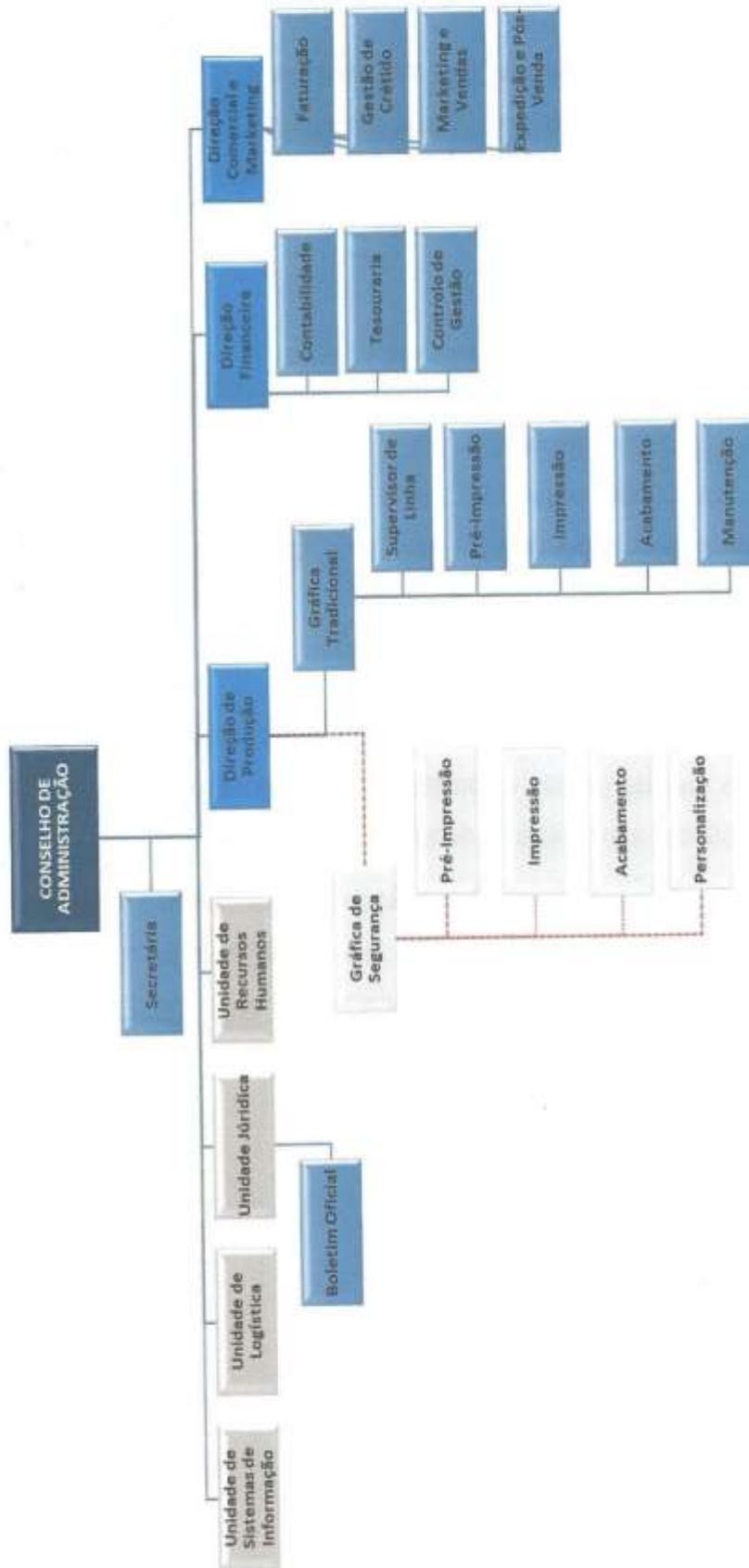


Ilustração 1

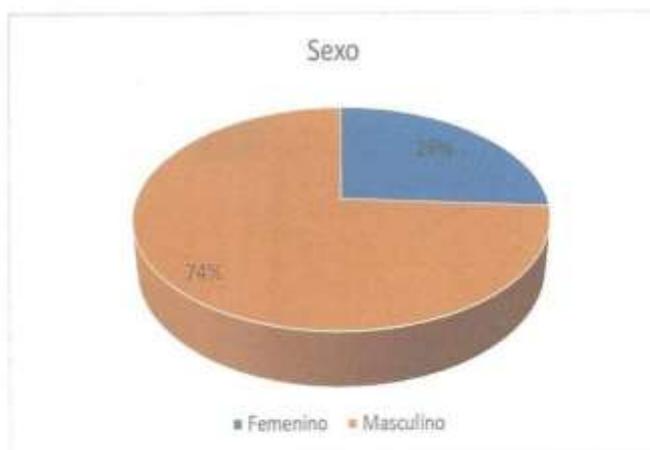
Figura 1 - Organigrama

*Handwritten signatures and initials:*  
 AL  
 MJB  
 [Signature]

## 6. RECURSOS HUMANOS

O ano de 2019 iniciou com 42 (quarenta e dois) trabalhadores ativos. Contudo, ainda conta com mais 21 trabalhadores em regime de Reforma Antecipada especial, concretizada em 2018, regulada pelo Decreto-lei nº 3/2018, de 9 de janeiro e quatro estagiários recrutados no âmbito do Programa de estágio profissional empresarial, perfazendo um total de 67 pessoas.

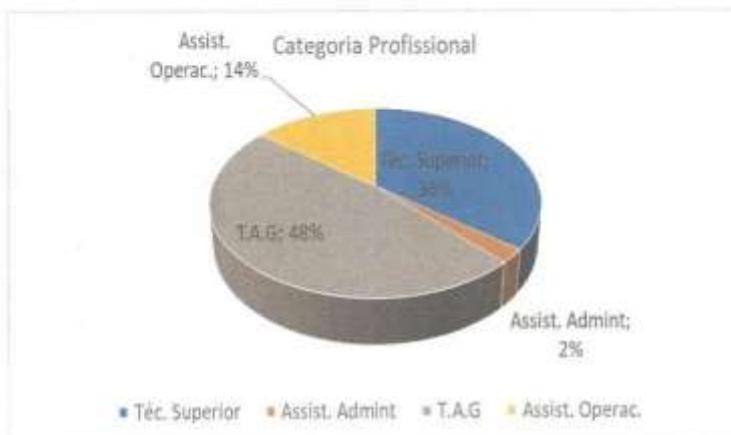
Assim sendo, dos 42 trabalhadores ativos, 31 (74%) são do sexo masculino e os restantes 11 (26%) do sexo feminino. Porém, contabilizando o pessoal da reforma antecipada, os 74% masculinos, passam para 83%, considerando que estes são todos do sexo masculino.



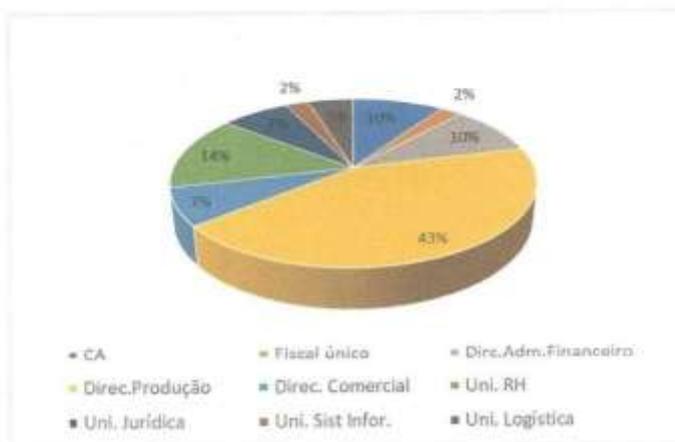
À semelhança de 2018, ano de início do processo de Reforma Antecipada, o ano de 2019, foi igualmente, um ano de grandes ganhos e concretizações, desta feita, a implementação do novo Plano de Carreiras e Salários, com efeito a 01 de agosto do referido ano.

O novo Plano de Carreiras apresenta-se como uma ferramenta necessária e vital para a adoção de novas práticas de gestão de recursos humanos que venham dar resposta aos novos desafios da empresa e que privilegiem, fundamentalmente, aspetos relacionados com o desenvolvimento dos recursos humanos da empresa.

A categoria *Técnico de Artes Gráficas*, continua sendo a de maior peso, representando quase metade do número de trabalhadores, concretamente 48%, com um reflexo direto na Direção de Produção. Uma outra categoria com um peso considerável é a categoria de *Técnico Superiores*, 36% no total, sendo 14% corresponde aos *Assistentes Operacionais* e apenas 2% aos *Assistente Administrativo*.



Um outro grande impacto do novo PCCS, foi a criação de mais Unidades Autónomas e a consequente mobilidade de alguns trabalhadores. Com esta nova redefinição, a distribuição por sectores, passa a ser a seguinte:

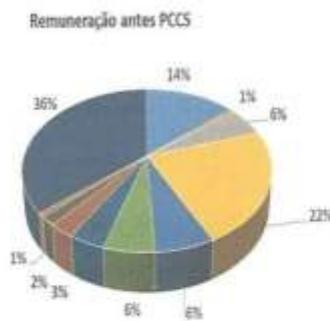


A Direção de Produção, continua liderando, em termos de números trabalhadores (43%) Contudo, contrariamente ao ano anterior, que de seguida vinha a Direção Financeira, com a mobilidade de trabalhadores para a Unidade de RH, esta aparece na segunda posição, com 14%.

As restantes direções, Financeira e Comercial, passam a representar 10% e 7%, respetivamente, ambas com percentagens reduzida, face ao ano 2018. O Gabinete Jurídico, agora juntamente com o Boletim Oficial, passam a denominar Unidade Jurídica, representam 7%.

As Unidades autónomas, recém criadas, Logística e Sistema de Informação, tem um peso de 5% e 2%, respetivamente.

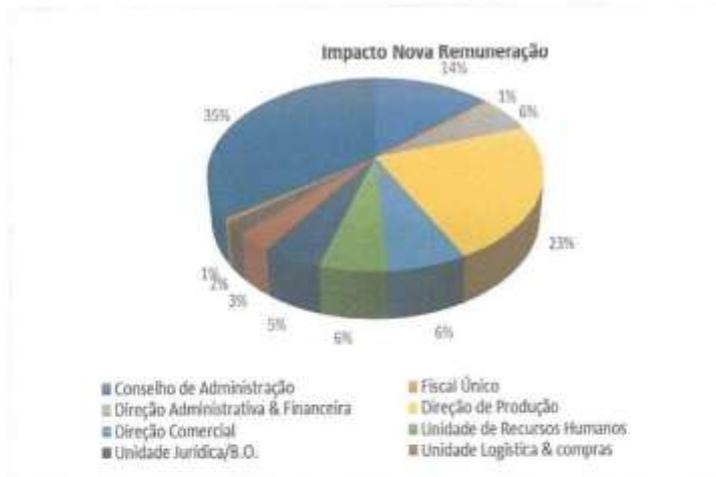
O Conselho de Administração passa a representar 10%, e Fiscal Único, recentemente implementado, 2%.



- Conselho de Administração
- Fiscal Único
- Direção Administrativa & Financeira
- Direção de Produção
- Direção Comercial
- Unidade Recursos Humanos
- Unidade Jurídica/B.O.
- Unidade Logística & compras
- Unidade Informação e comunicação

Ainda alusiva a divisão sectorial, introduzindo o pessoal da Reforma Antecipada, constata-se que esta tem maior representatividade, entre os demais sectores, representando 31% e os estagiários 6%.

Em termos remuneratórios, a implementação do novo PCCS causou um aumento de 7% no total da remunerações. As implicações por sector, podem ser vislumbradas nos gráficos que se seguem. Porém, estas não apresentam alterações substanciais, dado ao fator mobilidade.



- Conselho de Administração
- Fiscal Único
- Direção Administrativa & Financeira
- Direção de Produção
- Direção Comercial
- Unidade de Recursos Humanos
- Unidade Jurídica/B.O.
- Unidade Logística & compras



## 7. PRODUÇÃO

A atividade gráfica tem, por um lado, em articulação com os outros sectores, como principal objetivo desenvolver e fornecer soluções gráficas de acordo com necessidades dos clientes e, por outro, acompanhar a dinâmica do mercado, nacional e internacional, visando sempre a fidelização dos nossos clientes e garantir a sustentabilidade da empresa e médio e longo prazos.

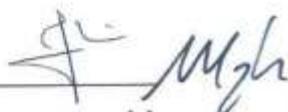
O Ano 2019, para a Direção de Produção foi bom, apesar de muitos constrangimentos e obstáculos encontrados ao longo do ano. A conjugação dos diversos trabalhos e a produção dos manuais escolares tem sido muito desafiador, mas a cooperação, o espírito de equipa e o alinhamento dos colaboradores aos objetivos organizacionais foram fundamentais..

Os objetivos de equipa, por sua vez devem fazer com que os colaboradores sintam a necessidade de trabalhar com colega, fazendo com que cada elemento tenha consciência de que precisa do outro para executar uma tarefa com eficiência e eficácia, alcançando assim as metas pré-definidas.

Relativamente aos equipamentos de impressão e acabamento, houve melhoria na política de manutenção e aquisição de máquina novas. De salientar, que a aposta na contratação da empresa para dar suporte a todas máquinas e equipamentos, contribuiu de forma significativa para a reduções das intervenções, na aquisição de peças e vinda técnicos do exterior.

Outro grande ganho foi a implementação do módulo produção no sistema ERP, o que permitiu com que o planeamento da produção se concentre em questões críticas como : "O que produzir, Quando produzir, Quanto produzir" num determinado período de tempo.

Portanto, o planeamento da produção garante que os materiais e equipamentos que atendem às especificações de qualidade estejam disponíveis durante o processo de produção, sendo as principais funções do processo: Planear, Encaminhar, Agendar e Executar.

  
11  


Segue alguns dos benefícios da implementação do módulo de produção:

- Eficácia no planeamento e controlo;
- Especificar a necessidade de matérias-primas. Assim, garante que as matérias primas estejam disponíveis durante a produção;
- Garante o fluxo de materiais através da linha de produção;
- Organiza os cronogramas de produção;
- Ajuda a otimizar a força de trabalho;
- Ajuda a monitorar e controlar o desempenho;
- Ajuda a reduzir o desperdício;
- Diminui os custos operacionais;
- Aumenta a produtividade;
- Ajuda a manter o nível de estoque em níveis ideais;
- Otimiza o período de produção e ajuda a manter o tempo de produção em um nível ideal;
- Aumenta a qualidade do produto e mantém a qualidade do produto final;
- Ajuda a reduzir o tempo ocioso;
- Otimiza a capacidade de fabricação;

De referir que, produtos como livros, cadernetas, cartões, bilhetes de identidade, cartazes, folhetos, desdobráveis, revistas e, serviços associados ao BO, continuam a representar o peso significativo na carteira de produtos da Unidade Gráfica.

## 8. BOLETIM OFICIAL

O desenvolvimento das atividades de publicações oficiais passa, fundamentalmente, pela gestão da edição da Iª e IIª Séries do *Boletim Oficial (B.O.)*, visando garantir a sua difusão a nível nacional e internacional e prestar assistência a todas as pessoas, singulares ou coletivas, de modo a que o acesso e a utilização sejam eficientes e eficazes.

O Decreto-Lei nº 60/2016, de 18 de novembro determinou que, a partir de 01 de janeiro de 2017, a edição eletrónica do *Boletim Oficial* passasse a ser de acesso universal e gratuito e que qualquer ato, independentemente da sua natureza e entidade emitente, passasse a estar sujeito a pagamento por parte do emitente.

Esta medida teve impacto direto no crescimento das receitas referentes às publicações dos atos no BO.

O gráfico a seguir ilustrado, mostra-nos a evolução da edição do *Boletim Oficial* no período 2017 - 2019 em termos de edições, páginas e série.

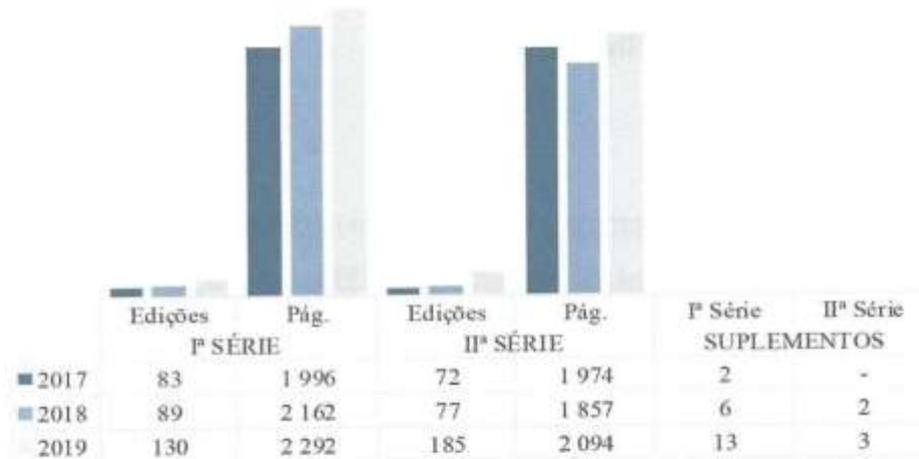


Gráfico 1 - Evolução da edição do *Boletim Oficial* entre 2017 e 2019

O gráfico-1 mostra que, relativamente ao ano de 2017, verifica-se um aumento gradual do número de edições, tanto na Iª Série como da IIª Série. Em termos de número de edições da Iª Série, a taxa média de crescimento dos últimos três anos é de 21% e a da IIª Série de 54%.

A nível de atos constitutivos de pessoas jurídicas do direito privado ou de alteração aos seus estatutos, importa destacar que continua em vigor o protocolo celebrado, em dezembro de 2012, entre a INCV e a Direção Nacional dos Registos Notariados e Identificação (DGRNI), no âmbito do qual a DGRNI assume a responsabilidade de enviar diretamente à INCV os atos sujeitos a publicação no boletim oficial.

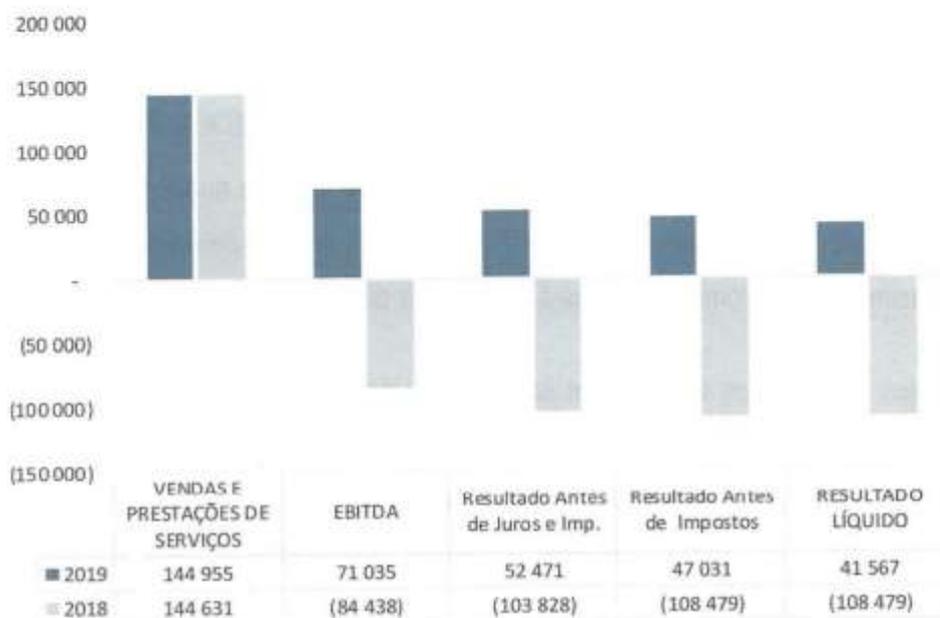
Saliente-se ainda que, em 2019, o BOE passou a ser publicado diariamente, no período de manhã, com grande impacto na eficiência organizacional interna, mas, especialmente, no âmbito do grau da confiança dos cidadãos no serviço prestado pela INCV e no aumento do número de consultas diárias.

Não obstante a edição do BO ser eletrónica, a INCV procede, ao abrigo do Decreto-lei n.º 6/2011, de 31 de janeiro, à edição em papel para efeitos de depósito legal junto da Presidência da República, da Assembleia Nacional, da Presidência do Conselho de Ministros, dos Tribunais e da Procuradoria Geral da República, bem como da Biblioteca Nacional e do Arquivo Histórico.

## 9. ANÁLISE ECONÓMICA-FINANCEIRA

### 9.1 Resultados

O Resultado Líquido, em 31 de dezembro de 2019, positivo em mESC 41.567 (2018: mESC 108.479 negativos) traduz um melhoria de resultados na ordem de 138% em relação exercício anterior. O gráfico a seguir ilustra alguns indicadores de resultados entre 2019 e 2018.



O gráfico acima mostra-nos um ligeiro aumento (0,2%) das "Vendas e Prestações de Serviços", em relação ao ano anterior. Relativamente à EBITDA o aumento é muito mais acentuado (185%) quando comparado com o verificado nas *Vendas e Prestações de Serviços* devido à diminuição dos Gastos com Mercadorias Vendidas e Consumidas em 43% e impacto da utilização da provisão constituída em 2019 relativo à Reforma Antecipada.

Em 2019, os gastos com *Fornecimentos e Serviços de Terceiros* foram de mESC 14.651 traduzindo uma queda de 25% em relação ao ano anterior (2018: mESC 19.447). Relativamente à rubrica *Prestação de Serviço*, o valor gasto foi de mESC 1.423, dos quais mESC 370 são referentes aos honorários do auditor certificado.

## 9.2 Estrutura Financeira e Patrimonial

O Total de Ativos atingiu os mESC 506.469 traduzindo uma diminuição de 1,5% equivalente a mESC 7.938 (2018: mESC 514.407), mantendo a tendência dos exercícios anteriores 2016/2017. O Total de Passivo atingiu, em 2019, o montante de mESC 356.987 (2018: mESC 411 021), traduzindo uma redução de 13,1%, correspondente a mESC 54.033. O gráfico a seguir ilustra a variação na estrutura do balanço.



**Gráfico 2 - Variação da estrutura de Balanço (2019/2018)**

Os *Capitais Próprios* registaram um aumento na ordem de 45% em relação a 2018.

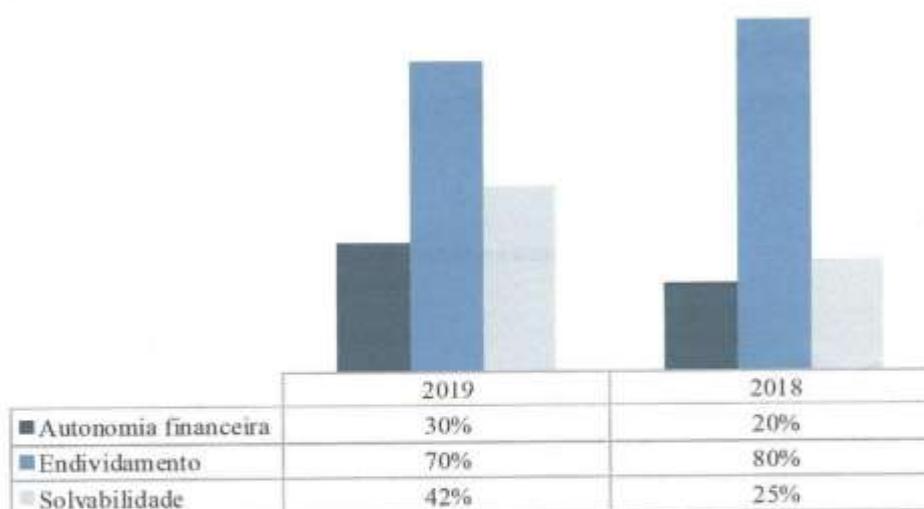
De referir que, as rubricas *Ativo não Corrente* e *Corrente* diminuíram em 1,6% e 1,5%, respetivamente, contrariando o crescimento de 6% verificado em 2018. Entre 2016 e 2017, as duas rubricas tinham aumentado 16% e 7%, respetivamente.

Do lado do Passivo, regista-se uma redução na ordem dos 22,6% (mESC 23.818) do *Passivo corrente* e 9,9% (mESC 30.216) do *Passivo não corrente*, justificado pela diminuição das dívidas aos fornecedores, Outras contas a pagar e pela redução das Provisões (Encargos com os trabalhadores da Reforma Antecipada assumidos pela INCV).

O saldo da rubrica de "Financiamentos Obtidos" resulta do somatório valor remanescente dos empréstimos contraídos junto do Banco Comercial do Atlântico (BCA) no âmbito da remodelação da Sede e empréstimos para aquisições de viaturas na modalidade de Leasing.

### 9.3 Alguns Indicadores e Rácios

#### a) Autonomia Financeira, Endividamento e Solvabilidade

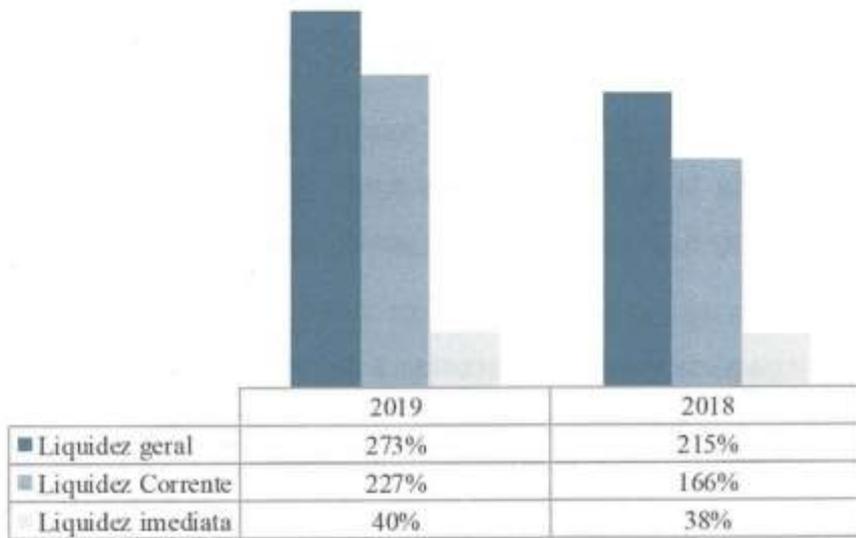


**Gráfico 3 - Variação da Autonomia Financeira, Endividamento e Solvabilidade (2019/2018)**

O gráfico 3 mostra-nos um aumento de 10% da *Autonomia financeira* e, por outro lado, uma diminuição de 10% , mesma proporção, do *Endividamento*. O rácio de *Solvabilidade* regista um aumento de 17% impulsionado pela melhoria Resultado líquido do período.

#### b) Liquidez Geral, Reduzida e Imediata

A capacidade da empresa em solver os seus compromissos a curto, médio e a longo prazo é medida pelos rácios de *liquidez* (Gráfico 9), cuja variação entre os períodos 2018/2019 evidenciam, de uma forma geral, a uma ligeira melhoria, conforme o Gráfico a seguir apresentado:



**Gráfico 4 – Variação da Liquidez geral, Reduzida e Imediata (2018/2019)**

*[Handwritten signature]*



## 10. PERSPETIVAS PARA 2020

Declarado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como emergência da saúde pública de âmbito internacional e a partir de 11 de março do mesmo como Pandemias o novo Coronavírus – COVID-19, alterou completamente o campo de expectativas económica e financeira a nível mundial.

Embora com políticas e medidas restritivas no sentido de, por um lado, conter a propagação do vírus e, por outro, minimizar o impacto da mesma na economia, a Pandemia continua a causar muitas incertezas na sua evolução e, por conseguinte, do seu impacto real nas economias.

A nível interno, a Pandemia determinou a elaboração de um Plano de Contingência, no âmbito do qual foram elencadas as medidas de segurança individual e coletiva a serem adotadas para evitar a propagação do vírus e a infeção dos trabalhadores no local de trabalho. Dessas medidas destacam-se o reforço da higienização dos espaços, a aquisição de materiais de proteção individual como mascarar faciais, viseiras, luvas e álcool-gel, a redução da lotação do veículo coletivo da empresa, a divisão dos trabalhadores da fábrica em dois períodos laborais distintos, bem como o regime de teletrabalho para determinados trabalhadores, nomeadamente os afetos ao Boletim Oficial.

Muitas destas medidas traduzem imposições legais e têm impacto no aumento dos custos de funcionamento.

Importa ainda frisar que, em virtude da Pandemia e da declaração do estado de calamidade, seguido do estado de emergência, a empresa esteve encerrada de 26 de março a 20 de maio, tendo durante este período funcionado apenas o Boletim Oficial, enquanto serviço essencial ao país, em regime de teletrabalho.

De acordo com o Plano de Atividades e Demonstrações Financeira de 2020 – Retificativo o maior impacto da Pandemia foi a nível de investimentos, com destaque para a implementação da Gráfica de Segurança. Inicialmente foram previstos cerca de mESC 433.604, valor este diminuído para mESC 45.500, equivalente a 10,5% do valor inicial.

O impacto negativo a nível comercial será inevitável. A título exemplificativo cite-se o caso das “Vendas”, que no 1º semestre de 2020 correspondiam a 20% do valor previsto para o exercício. Entretanto, mantendo a tendência, dificilmente se atingirá a meta definida para o ano. Contrariamente das Vendas, as *Prestações de Serviços* apresentam uma evolução satisfatória, isto é, no mesmo período representavam cerca de 56% do valor previsto para o exercício.



Mesmo diante de um contexto de muitas incertezas, relativamente aos impactos reais da Pandemia, a Administração da empresa acredita que a continuidade das operações não estará causa nem os compromissos financeiros assumidos até então.

---

*MSL*  
*[Signature]*  
19 *[Signature]*

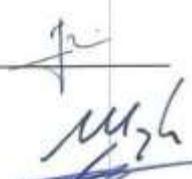
## 11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exercício de 2019 decorreu sem grandes sobressaltos tendo verificado a tendência decrescente dos gastos operacionais, nomeadamente, os *Gastos com o pessoal* diminuíram 29,2% e os *Gastos com Fornecimentos e Serviços Externos* diminuíram 25% (2017/18: -6%).

De realçar, uma queda dos *Gastos com Mercadorias Vendidas e Consumidas* na ordem dos 43,8%.

Relativamente ao Volume de negócios, destaca-se o aumento de 0,2%, menos acentuado do que registo em 2018 (35%).

O desempenho acima referido, tanto a nível de gastos como de rendimentos, evidenciam a tendência de melhoria continua de desempenho da atividade empresarial nos últimos três anos, com exceção de 2018, cujo resultado terá sido impulsionado pela implementação da reforma antecipada de um grupo de 21 trabalhadores, cujos encargos foram e continuam a ser da responsabilidade da INCV.



## 12. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

De acordo com o estipulado na alínea b) do artigo 16º e artigo 37º dos Estatutos da Sociedade e na alínea j) do n.º 3, do Artigo 72º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração propõe a seguinte Aplicação do Resultado Líquido de 2019, positivo em mESC 41.567:

Descrição	Valor	%
Reserva Legal	2 078	5,0%
Resultados Transitados	39 489	95,0%
<b>Total</b>	<b>41 567</b>	<b>100%</b>

Na elaboração da proposta ora apresentada, foram tidas em consideração os seguintes factos:

1. Preencher paulatinamente a Reserva Legal, nos termos do artigo 254º do Código das Sociedades Comerciais;
2. Cobertura de prejuízos acumulados nos últimos sete (7) anos, nos termos do n.º1 do artigo 41º do Código das Sociedades Comerciais;

### O Conselho de Administração:

Miguel Hochimini Almeida Pires Semedo

Margarito Augusto Brito Martins Tavares

Vitalzinho Vieira Landim



### 13. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### 13.1 Balanço em 31 de dezembro de 2019

Valores em: mESC

DESCRIÇÃO	Nota	Exercícios		
		2019	2018	Var
<b>ATIVO</b>				
<b>Ativo Não Corrente</b>				
Ativos fixos tangíveis		110 966	113 801	-2,5%
Terrenos e recursos naturais	3	22 247	22 247	0%
Edifícios e Outras Construções	3	61 615	63 134	-2%
Equipamentos básicos	3	19 611	24 427	-20%
Material de Carga e Transporte	3	6 280	2 200	185%
Equipamentos administrativos	3	811	1 300	-38%
Outros ativos fixos tangíveis	3	401	492	-19%
Propriedades de investimento		166 497	174 682	-4,7%
Terrenos e recursos naturais	4	30 000	30 000	0%
Edifícios e Outras Construções	4	136 497	144 682	-6%
Ativos Intangíveis		6 496	27	24006%
Programas de computador	5	6 496	27	24006%
Ativos por imposto diferidos	10	-	-	0%
<b>Total do ativo não corrente</b>		<b>283 959</b>	<b>288 510</b>	<b>-1,8%</b>
<b>Ativos Corrente</b>				
Inventários	6	37 575	50 873	-26%
Mercadorias		320	-	0%
Produtos acabados e intermédios		7 337	7 816	-6%
Mátérias-primas, Sub. E de consumos		29 919	43 057	-31%
Clientes	7	127 410	109 715	16%
Adiantamentos a fornecedores	14	204	62	232%
Estado e outros entes públicos	8	-	4	-100%
Outras Contas a receber	9	22 753	22 769	0%
Diferimentos	10	2 310	2 077	11%
Caixa e depósitos bancários	11	32 257	40 398	-20%
<b>Total do ativo corrente</b>		<b>222 510</b>	<b>225 897</b>	<b>-1,5%</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>506 469</b>	<b>514 407</b>	<b>-1,5%</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>				
<b>Capital Próprio</b>				
Capital realizado	12	130 000	130 000	0%
Reservas legais	12	5 141	5 141	0%
Outras Reservas	12	32 668	32 668	0%
Excedentes de revalorização	12	78 464	79 975	-2%
Resultados transitados	12	(138 358)	(35 919)	285%
Resultados líquidos do período	12	41 567	(108 479)	-138%
<b>PASSIVO</b>				
<b>Passivo Não Corrente</b>				
Financiamentos obtidos	13	55 249	61 083	-10%
Estado e outros entes públicos	8	125 312	129 030	-3%
Passivos por Impostos Diferidos	15	22 139	26 667	-17%
Provisão	23	72 893	89 030	-18%
<b>Total do Passivo Não Corrente</b>		<b>275 594</b>	<b>305 810</b>	<b>-9,9%</b>
<b>Passivo Corrente</b>				
Fornecedores	14	18 583	46 532	-60%
Adiantamentos de clientes	7	13 812	11 459	21%
Estado e outros entes públicos	8	12 839	6 292	104%
Financiamentos obtidos	13	8 259	7 130	16%
Outras contas a pagar	9	11 763	14 672	-20%
Diferimentos	10	-	-	0%
Provisão	23	16 137	19 125	-16%
<b>Total do Passivo Corrente</b>		<b>81 394</b>	<b>105 211</b>	<b>-22,6%</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>356 987</b>	<b>411 021</b>	<b>-13,1%</b>
<b>TOTAL - CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO</b>		<b>506 469</b>	<b>514 407</b>	<b>-1,5%</b>

O Conselho de Administração:

Miguel Hochimini Almeida Pires Femedo

Margarito Augusto Brito Martins Tavares

Vitalzinho Vieira Landim

O Técnico de Contas,

Anastácia Fernandes

Pº 518

## 13.2 Demonstração de Resultados por Natureza

Período compreendido entre 01 de janeiro e 31 de dezembro de 2019

RUBRICAS	Notas	Exercícios		
		2019	2018	Var.
<b>Vendas &amp; Prestações de Serviços</b>	16	<b>144 955</b>	<b>144 631</b>	<b>0,2%</b>
Ganhos/ perdas imputados de subsidiárias		-	-	0,0%
Variação nos inventários de produção	6	(480)	(1 268)	-62,2%
Trabalho para própria empresa		-	-	0,0%
Gastos com mercadorias vendidas e consumidas	25	(27 592)	(49 126)	-43,8%
<b>Resultado Operacional Bruto</b>		<b>116 883</b>	<b>94 237</b>	<b>24,0%</b>
Fornecimentos e Serviços Externos	17	(14 651)	(19 447)	-24,7%
<b>Valor Acrescentado Bruto</b>		<b>102 233</b>	<b>74 791</b>	<b>36,7%</b>
Gastos com pessoal	18	(47 192)	(66 593)	-29,1%
Provisões (aumento/reduções)	22	-	(108 155)	100,0%
Outros rendimentos e ganhos	19	17 827	22 310	-20,1%
Outros gastos e perdas	20	(1 833)	(6 790)	-73,0%
<b>Resultados antes de depreciação e financiamento</b>		<b>71 035</b>	<b>(84 438)</b>	<b>184,1%</b>
Gastos /Ver. de depreciação e de amortização		(18 564)	(19 390)	-4,3%
<b>Result. Operacional (antes de perdas/ganhos Financ.)</b>		<b>52 471</b>	<b>(103 828)</b>	<b>150,5%</b>
Juros e ganhos similares obtidos	21	33	10	217,5%
Juros e perdas similares suportados	21	(5 473)	(4 662)	17,4%
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>47 031</b>	<b>(108 479)</b>	<b>143%</b>
Dedução de Prejuízo		(23 516)	-	
Imposto sobre rendimento	22	(5 464)	-	
<b>Resultado líquido de período</b>		<b>41 567</b>	<b>(108 479)</b>	<b>138%</b>

O Técnico de Contas,

Anastácia Fernandes  
P<sup>o</sup> 518

O Conselho de Administração:

Miguel Hochimini Almeida Pires Semedo

Margarito Augusto Brito Martins Tavares

Vitalzinho Vieira Landim

### 13.3 Demonstração dos Fluxos de Caixa

Período compreendido entre 01 de janeiro e 31 de dezembro de 2019

RUBRICAS	NOTA	PERÍODO		
		2019	2018	Var.
<b>MÉTODO DIRECTO</b>				
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>				
Recebimentos de clientes		176 614	148 468	19%
Pagamentos a fornecedores		(79 739)	(49 730)	60%
Pagamentos ao pessoal	18	(46 659)	(66 593)	-30%
Caixa gerada pelas operações		50 217	32 145	56%
Outros recebimentos/pagamentos		(31 792)	8 142	-490%
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</b>		<b>18 425</b>	<b>40 287</b>	<b>-54%</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>				
Pagamentos respeitantes a		(14 618)	(17 611)	-17%
Ativos fixos tangíveis	3	(8 452)	(17 611)	-52%
Ativos intangíveis	5	(6 166)	-	0%
Recebimentos provenientes de:		33	10	217%
Juros e rendimentos similares		33	10	217%
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)</b>		<b>(14 585)</b>	<b>(17 601)</b>	<b>-17%</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>				
Recebimentos provenientes de:		-	-	0%
Pagamentos respeitantes a		(11 980)	(11 409)	5%
Financiamentos obtidos	13	(6 507)	(6 747)	-4%
Juros e gastos similares	21	(5 473)	(4 662)	17%
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)</b>		<b>(11 980)</b>	<b>(11 409)</b>	<b>5%</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		<b>(8 140)</b>	<b>11 278</b>	<b>-172%</b>
Efeito das diferenças de câmbio		-	-	0%
Caixa e seus equivalentes no início do período		40 398	29 120	39%
Caixa e seus equivalentes no fim do período		32 257	40 398	-20%

O Técnico de Contas,

Anastácia Fernandes  
P<sup>o</sup> 518

O Conselho de Administração:

Miguel Hochimini Almeida Pires Semedo

Margarito Augusto Brito Martins Tavares

Vitalzinho Vieira Landim

### 13.4 Demonstração das Alterações de Capital Próprio

Período compreendido entre 01 de janeiro e 31 de dezembro de 2019

RUBRICAS	Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital					Resultado líquido do período	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO
		Capital realizado	Reserva Legal	Outras Reservas	Excedentes de Revalorização	Resultados Transitados		
<b>POSICÕES NO INÍCIO DO PERÍODO 2018</b>	<b>12</b>	<b>130 000</b>	<b>5 141</b>	<b>32 668</b>	<b>79 975</b>	<b>(35 919)</b>	<b>(108 479)</b>	<b>103 386</b>
Resultado líquido do período								
<b>RESULTADO EXTENSIVO</b>	<b>2</b>							
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>								
Realização de capital social	12	-	-	-	-	-	-	-
<b>OUTRAS OPERAÇÕES</b>								
Aplicação do Resultado do ano anterior	4	-	-	-	-	-	-	-
<b>POSICÕES NO FIM DO PERÍODO 2018</b>	<b>1+2+3+4</b>	<b>130 000</b>	<b>5 141</b>	<b>32 668</b>	<b>79 975</b>	<b>(35 919)</b>	<b>(108 479)</b>	<b>103 386</b>
<b>POSICÕES NO INÍCIO DO PERÍODO 2019</b>	<b>1</b>	<b>130 000</b>	<b>5 141</b>	<b>32 668</b>	<b>79 975</b>	<b>(35 919)</b>	<b>(108 479)</b>	<b>103 386</b>
<b>RECONHECIMENTO DO PERÍODO</b>								
Resultado líquido do período								
<b>RESULTADO EXTENSIVO</b>	<b>2</b>							
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>								
Ajustamento por imposto diferidos	3	-	-	-	(1 511)	6 040	-	4 529
<b>OUTRAS OPERAÇÕES</b>								
Aplicação do Resultado do ano anterior	4	-	-	-	(1 511)	6 040	-	4 529
<b>POSICÕES NO FIM DO PERÍODO 2019</b>	<b>1+2+3+4</b>	<b>130 000</b>	<b>5 141</b>	<b>32 668</b>	<b>78 464</b>	<b>(138 358)</b>	<b>41 567</b>	<b>149 482</b>

#### O Conselho de Administração:

O Técnico de Contas,  
 Anastácia Fernandes  
 p.º 518

Miguel Hochimini Almeida Pires Semeado

Margarito Augusto Brito Martins Tavares

Vitalzinho Vieira Landim





## 14. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 2019

PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

### INTRODUÇÃO

Constituída sob a forma de Sociedade Anónima e Registo Comercial nº 2291/2007/03/28, a Imprensa Nacional de Cabo Verde (INCV) dedica-se às atividades de edição, publicação, impressão, distribuição, comercialização e venda do Boletim Oficial e outras publicações oficiais previstas na lei. Igualmente, está habilitada, estatutariamente, a exercer outras atividades que sejam complementares, subsidiárias ou acessórias do seu objeto social.

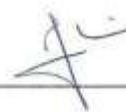
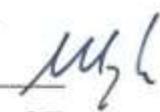
### NOTA 0 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As contas referentes ao período de 2019 foram preparadas a partir dos registos contabilísticos e de acordo com a legislação comercial vigente e as normas estabelecidas pelo Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro, estabelecido no Boletim Oficial I Serie – Nº 5, de 04 de Fevereiro de 2008 e no Boletim Oficial I Serie Nº 48 de 29 de Dezembro de 2008, em Cabo Verde, visando demonstrar a imagem verdadeira e apropriada da situação financeira a 31 de dezembro de 2019, dos resultados das suas operações, das alterações no património líquido e dos fluxos de caixa correspondentes ao período anual terminado na referida data.

Os valores, constantes deste Anexo e que compõem as Demonstrações Financeiras, estão expressos em milhares de Escudos (mESC).

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, para divulgação, 24 de julho de 2020.

Anastácia Fernandes

  
  
27  


## NOTA 1 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas, aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras, estão descritas abaixo:

### (a) Transações, saldos e fluxos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor, na data da transação. Os ativos e passivos monetários, expressos em moeda estrangeira, são convertidos para Escudos Cabo-verdianos, à taxa de câmbio em vigor à data do Balanço. As diferenças cambiais, resultantes desta conversão, são reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados do período, nas rubricas de rendimentos ou gastos, conforme o caso.

### (b) Ativos Fixos Tangíveis

#### (i) Reconhecimento inicial

Os elementos incluídos no ativo fixo tangível são valorizados ao preço de aquisição ou pelo valor do custo de produção. O ativo fixo tangível apresenta-se, no Balanço, pelo seu valor de custo, líquido das depreciações e perdas por imparidades acumuladas.

#### (ii) Depreciações

Os ativos fixos tangíveis da empresa encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inclui: (a) o montante pago pela aquisição; (b) despesas diretamente relacionadas com o processo de aquisição, transporte e disponibilização do ativo à Empresa; e (c) a estimativa do custo de desmantelamento ou remoção do ativo.

Os gastos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas e quando provocarem uma extensão da vida útil, um aumento da capacidade produtiva, uma melhoria substancial da qualidade dos *outputs*, bem como uma redução substancial dos custos operacionais.

Anastácia Fernandes



As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como gastos, à medida que forem incorridas, de acordo com o princípio de especialização dos períodos.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil estimada dos bens:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	20-25
Equipamento básico	6-15
Ferramentas e utensílios	5
Equipamento de transporte	8
Equipamento administrativo	5-12
Equipamento informático	3-5
Outros ativos fixos tangíveis	3-10

(c) Imparidade de ativos

A política da Sociedade é avaliar, em cada data de relato, se há qualquer indicio de que, o valor contabilístico de um ativo não financeiro sujeito à amortização ou depreciação, exceda o seu valor recuperável, este entendido como o maior entre o valor realizável deduzido do seu custo de venda e o seu valor de uso.

Um aumento da quantia escriturada de um ativo fixo tangível, atribuível a uma reversão de uma perda por imparidade que previamente reconhecida, não pode exceder a quantia escriturada que teria sido determinada (líquida de depreciações) se nenhuma perda por imparidade tivesse sido reconhecida no ativo em anos anteriores.

As perdas por imparidade são reconhecidas como gastos do período de referência do relato.

(d) Empréstimos e contas a receber

Os empréstimos e contas a receber são reconhecidos, inicialmente, pelo seu justo valor, incluindo os custos de transação incorridos e são, posteriormente, valorizados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Anastácia Fernandes

Os ativos financeiros, que não tenham uma taxa de juro estabelecida, para os quais seja esperado o seu recebimento no curto prazo e cujos efeitos de atualização não sejam considerados significativos, são valorizados pelo seu valor nominal.

(e) Inventários

As matérias-primas e subsidiárias são valorizadas ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido.

Os produtos acabados e intermédios são reconhecidos ao respetivo custo de produção, o qual inclui o custo das matérias-primas, subsidiárias e materiais consumidos, o custo da mão-de-obra direta e os gastos gerais de fabrico. O custo de produção é inferior ao valor realizável líquido.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da atividade, deduzido dos respetivos custos de venda.

As perdas por imparidade, relacionadas com ajustamentos em inventários relativos às perdas de valor, são reconhecidas nos resultados do período, sendo apresentadas como uma dedução ao ativo (Nota 6).

(f) Provisões e passivos contingentes

São reconhecidas provisões quando:

- A Empresa tenha uma obrigação presente, legal ou construtiva, como resultado de um acontecimento passado;
- Seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido; e,
- Exista uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões são revistas e atualizadas com referência à data do Balanço, considerando a informação disponível. A Sociedade não reconhece ativos e passivos contingentes.

Anastácia Fernandes



Os passivos contingentes são divulgados, a menos que, a possibilidade de um *Ex fluxo* de recursos que incorporem benefícios económicos, seja remota. Os ativos contingentes são divulgados, quando for provável a existência de um influxo de benefícios económicos.

(g) Reconhecimento do rédito

O rédito compreende os montantes faturados nas prestações de serviços e nas vendas de produtos, líquidos do imposto sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos, e é mensurado ao justo valor da retribuição recebida ou a receber.

O rédito, proveniente das vendas de bens e prestações de serviços, é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

- A Empresa tenha transferido, para o comprador, os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que, os benefícios económicos associados com a transação, fluam para a Empresa; e
- Os custos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

(h) Imposto sobre o Rendimento das pessoas coletivas

O gasto ou ganho de imposto sobre o rendimento compreende tanto os impostos correntes como os impostos diferidos. Os ativos e passivos de imposto sobre o rendimento são mensurados pelos valores que se esperam que sejam recebidos ou pagos, junto das Autoridades Fiscais, de acordo com os regulamentos e taxas de impostos em vigor decretados ou, substancialmente, aprovadas mesmo que pendentes de publicação na data do fecho do período (Lei nº 82/VIII/2016, de 7 de janeiro de 2016, foi publicado o Regulamento do Imposto Único sobre o Rendimento).

Anastácia Fernandes



Os resultados fiscais de 2015 a 2019 (período de 5 anos), quando devidamente fundamentado, podem vir a ser revistos e corrigidos pela Administração Fiscal. A Empresa reconhece os créditos tributários relacionados com bases tributáveis negativas, dado que se espera, num futuro próximo, gerar rendimentos tributáveis positivos que permitam recuperar os créditos fiscais. Nos termos do Código de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRPC), aplicável para as Demonstrações Financeiras até 31 de dezembro de 2019, o reporte fiscal de dedução dos prejuízos é de 7 períodos de tributação posteriores, condicionado ao limite máximo de 50% do respetivo lucro tributável.

O Imposto Diferido é calculado com base no resultado do exercício antes de impostos, eventualmente ajustado pelos gastos e rendimentos que, nos termos da referida Lei, não devam ser considerados para efeitos fiscais, ao qual é aplicado uma taxa de 22%, com base no método da responsabilidade de Balanço, sobre as diferenças tributáveis temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respetiva base tributável.

Os impostos diferidos são classificados como não corrente.

(i) Classificação de ativos e passivos: Correntes e Não correntes

A Sociedade apresenta o Balanço, classificando ativos e passivos em correntes e não correntes. Para esse efeito, são considerados, como ativos e passivos correntes, aqueles que cumpram os seguintes critérios:

- Os ativos são classificados como correntes quando se espera que sejam realizados, vendidos ou consumidos, durante o ciclo normal de funcionamento da Sociedade;
- Os passivos são classificados como correntes quando se espera que sejam liquidados no ciclo normal de funcionamento da Sociedade;
- Os passivos financeiros são classificados como correntes quando se espera que sejam liquidados no prazo de doze meses, a contar da data de fecho das contas anuais.

Anastácia Fernandes



(j) Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas, salvo as referentes a combinações de entidades empresariais, são reconhecidas pelo justo valor da retribuição dada ou recebida. A diferença entre este valor e o montante acordado é contabilizado de acordo com a substância económica subjacente.

(k) Políticas e gestão do risco financeiro

As atividades da INCV estão expostas a diversos graus de riscos financeiros: riscos cambiais, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Empresa centra-se na incerteza dos mercados financeiros e procura minimizar os potenciais efeitos adversos sobre a rentabilidade financeira da Empresa.

a. Risco cambial

A INCV não possui risco em operações cambiais. As operações, denominadas em moeda estrangeira são, essencialmente, com fornecedores e são realizadas em Euros. Existe uma paridade cambial fixa do Escudo face ao Euro.

b. Risco de crédito

A Empresa não possui concentrações significativas de risco de crédito. As vendas aos clientes, essencialmente ao Estado, são feitas a crédito ou a pronto pagamento. As operações financeiras somente são efetuadas com instituições financeiras internacionalmente reconhecidas. A Empresa dispõe de políticas para limitar os riscos incorridos com qualquer instituição financeira.

O cálculo de imparidade das dívidas de clientes implica um elevado grau de julgamento para a Administração e a revisão de saldos individuais, com base na qualidade de créditos aos clientes, tendências atuais do mercado e análises históricas da dívida a nível individual e agregado.

c. Risco de liquidez

A INCV leva a cabo uma gestão prudente do risco de liquidez, baseada na manutenção de um nível mínimo de caixa e disponibilidades de financiamento, através de um montante suficiente de facilidades de créditos autorizados e capacidade bastante para liquidar posições no mercado.

Anastácia Fernandes

33/11/26

d. Risco de taxa de juro

A INCV financia-se junto do mercado bancário em Cabo Verde. Estes financiamentos são remunerados à taxa de juro de mercado, eventualmente acrescidos de *spreads* bancários, calculados com base na média da taxa Euribor a 6 meses (cuja taxa diretora do Banco Central Europeu tem-se mantida em mínimos históricos).

NOTA 2 – FLUXOS DE CAIXA

Na preparação e divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método direto, o qual nos dá a informação acerca das componentes principais de recebimentos e pagamentos líquidos. Os montantes, incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa, correspondem aos valores de caixa e depósitos bancários, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser, imediatamente, mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor:

DESCRIÇÃO	mESC	
	2019	2018
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	18 425	40 287
Fluxo de Caixa das Atividades Investimento	(14 585)	(17 601)
Fluxo de Caixa das Atividades financiamento	(11 980)	(11 409)
<b>Varição de caixa e seus equivalentes</b>	<b>(8 140)</b>	<b>11 278</b>
Efeito das diferenças de câmbio	-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período (a)	40 398	29 120
Caixa e seus equivalentes no fim do período (b)	<b>32 257</b>	<b>40 398</b>
Varição de Caixa e seus Equivalentes (a e b)	(8 140)	11 278
	<b>-20,2%</b>	<b>38,7%</b>

Anastácia Fernandes



### NOTA 3 – ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os movimentos na rubrica dos Ativos Fixos Tangíveis, bem como nas respetivas depreciações, durante os anos de 2019 e 2018, são analisados como se segue:

DESCRIÇÃO	mESC					TOTAL GERAL
	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	
<b>POSIÇÃO A 1 DE JAN. DE 2018</b>						
Valor de aquisição	22 247	99 430	99 085	12 891	8 468	244 319
Depreciação acumulada	-	(32 302)	(88 451)	(10 115)	(6 756)	(137 226)
<b>Valor Escriturado</b>	<b>22 247</b>	<b>67 128</b>	<b>12 634</b>	<b>2 776</b>	<b>1 712</b>	<b>595</b>
<b>VARIAÇÕES EM 2018</b>						
Valor líquido inicial	22 247	67 128	12 634	2 777	1 712	595
Aquisições	-	-	16 428	-	106	77
Depreciação do Exercício	-	(3 995)	(4 635)	(577)	(518)	(1 600)
<b>Valor Líquido</b>	<b>22 247</b>	<b>63 134</b>	<b>24 427</b>	<b>2 200</b>	<b>1 300</b>	<b>492</b>
<b>POSIÇÃO EM 31 DE DEZ. DE 2018</b>						
Valor de aquisição	22 247	99 898	124 210	12 891	8 654	227 4
Depreciação acumulada	-	(36 633)	(99 783)	(10 691)	(7 556)	(156 244)
<b>Valor Escriturado</b>	<b>22 247</b>	<b>63 134</b>	<b>24 427</b>	<b>2 200</b>	<b>1 300</b>	<b>492</b>
<b>VARIAÇÕES EM 2019</b>						
Valor líquido inicial	22 247	63 134	24 427	2 200	1 300	492
Investimentos em curso	-	2 475	-	4 770	-	7 245
Depreciação do exercício	-	(3 996)	(4 616)	(650)	(498)	(91)
<b>Valor Líquido</b>	<b>22 247</b>	<b>61 614</b>	<b>19 611</b>	<b>6 280</b>	<b>812</b>	<b>491</b>
<b>POSIÇÃO EM 31 DE DEZ. DE 2019</b>						
Valor de aquisição	22 247	102 143	124 210	17 661	6 854	227 399
Depreciação acumulada	-	(40 528)	(104 598)	(11 381)	(6 043)	(1 973)
<b>Valor Escriturado</b>	<b>22 247</b>	<b>61 615</b>	<b>19 611</b>	<b>6 280</b>	<b>811</b>	<b>491</b>

*Arastácia Fernandes*

As rubricas de Terrenos, Edifícios e Equipamentos são compostas por: um edifício em Achada Grande Frente e os equipamentos de produção pertencentes à Sociedade, necessários à atividade operacional.

#### NOTA 4 – PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Os movimentos na rubrica de Propriedades de Investimento, bem como nas respetivas depreciações, durante os anos de 2019 e 2018, são detalhados como se segue:

DESCRIÇÃO	mESC		
	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	TOTAL GERAL
<b>POSIÇÃO A 1 DE JANEIRO 2018</b>			
Valor de aquisição	30 000	204 631	234 631
Depreciação acumulada	-	(51 763)	(51 763)
<b>Valor Escriturado</b>	<b>30 000</b>	<b>152 868</b>	<b>182 868</b>
<b>VARIAÇÕES EM 2018</b>			
Valor líquido inicial	30 000	152 868	182 868
Aquisições	-	-	-
Depreciação do Exercício	-	(8 185)	(8 185)
<b>Valor Líquido</b>	<b>30 000</b>	<b>144 682</b>	<b>174 682</b>
<b>POSIÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018</b>			
Valor de aquisição	30 000	204 631	234 631
Depreciação acumulada	-	(59 949)	(59 949)
<b>Valor Escriturado</b>	<b>30 000</b>	<b>144 682</b>	<b>174 682</b>
<b>VARIAÇÕES EM 2019</b>			
Valor líquido inicial	30 000	144 682	174 682
Aquisições	-	-	-
Depreciação do exercício	-	(8 185)	(8 185)
<b>Valor Líquido</b>	<b>30 000</b>	<b>136 497</b>	<b>166 497</b>
<b>POSIÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019</b>			
Valor de aquisição	30 000	204 631	234 631
Depreciação acumulada	-	(68 134)	(68 134)
<b>Valor Escriturado</b>	<b>30 000</b>	<b>136 497</b>	<b>166 497</b>

Anastácia Fernandes

## NOTA 5 – ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os movimentos na rubrica de ativo intangível, bem como nas respetivas amortizações, durante os anos de 2019 e 2018, são referenciados da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	mESC		
	PROGRAMAS DE COMPUTADOR	OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS	TOTAL GERAL
<b>POSIÇÃO A 1 DE JANEIRO 2018</b>			
Valor de aquisição	2 123	1 053	3 176
Depreciação acumulada	(2 096)	(1 053)	(3 149)
<b>Valor Escriturado</b>	<b>27</b>	<b>(0)</b>	<b>27</b>
<b>VARIAÇÕES EM 2018</b>			
Valor líquido inicial	265	20	285
Aquisições	-	-	-
Depreciação do Exercício	(238)	(20)	(258)
<b>Valor Líquido</b>	<b>27</b>	<b>-</b>	<b>27</b>
<b>POSIÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018</b>			
Valor de aquisição	2 123	1 053	3 176
Depreciação acumulada	(2 096)	(1 053)	(3 149)
<b>Valor Escriturado</b>	<b>27</b>	<b>-</b>	<b>27</b>
<b>VARIAÇÕES EM 2019</b>			
Valor líquido inicial	27	-	27
Aquisições	5 291	-	5 291
Investimentos em curso	3 600	-	3 600
Depreciação do exercício	(299)	(20)	(319)
<b>Valor Líquido</b>	<b>8 620</b>	<b>(20)</b>	<b>5 000</b>
<b>POSIÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019</b>			
Valor de aquisição	8 891	1 053	9 944
Depreciação acumulada	(2 395)	(1 053)	(3 448)
<b>Valor Escriturado</b>	<b>6 497</b>	<b>(0)</b>	<b>6 496</b>

Anastácia Fernandes

## NOTA 6 – INVENTÁRIOS

Esta conta é discriminada conforme abaixo:

DESCRIÇÃO		mESC	
		2019	2018
Mercadorias	(i)	320	0
<b>Produtos acabados e semiacabados</b>	(ii)	<b>7 337</b>	<b>7 816</b>
<b>Varição nos inventários de produção</b>		<b>( 480)</b>	<b>( 1 268)</b>
Matérias primas, subsidiárias e de consumo (+ Ei)		( 45 520)	( 41 322)
Compras (Matérias-primas, Sub. E de Consumo (+))		13 520	33 155
Matérias primas, subsidiárias e de consumo (- Ef)	(iii)	( 32 382)	( 45 520)
<b>Total (Ef)</b>		<b>( 32 382)</b>	<b>( 45 520)</b>
<b>Menos:</b>			
Imparidade	(iv)	( 2 463)	( 2 463)
<b>Matérias-primas, subsidiárias e de consumo</b>		<b>29 919</b>	<b>43 057</b>

- (i) A rubrica de Mercadoria inclui um conjunto de três livros (Obras literárias) adquiridos à Imprensa Nacional Casa da Moeda para comercialização, livros estes impressos no âmbito da 2ª edição do Prémio literário Arnaldo França instituído pela parceria entre a INCM e INCV.
- (ii) Os produtos acabados, comercializados pela INCV, são compostos por impressos (alvarás, cédulas, cadastros, verbetes, pedidos de certificados de registo, pedidos de averbamento, etc.), livros diversos, compêndio de legislação avulsa e conexa, livros de ponto, entre outros. Foram, invariável e uniformemente, valorizados ao custo padrão de 80% do valor de realização líquida. A Sociedade não possui um apropriado sistema de contabilidade de gestão que permita, com razoabilidade, cálculos internos dos custos de produção, para efeito de valorização dos produtos acabados e intermédios em armazém. Esta rubrica inclui produtos acabados de difícil rotação e com algum grau de obsolescência.
- (iii) A rubrica de matérias-primas, subsidiárias e de consumo, inclui, essencialmente, papéis autocopiativos, papel *couché*, papel cartolina, tintas, envelopes, chapas, arame, embalagem de líquido *sc wash*, etc. Os gastos com as matérias-primas e subsidiárias referem-se ao consumo das mesmas no processo de fabrico, designadamente: de Boletim Oficial, Impressos, Livros, Revistas, Manuais, entre outros.

(iv) Não foi efetuado qualquer teste de imparidade em inventários que permite proceder ao ajustamento dos inventários e obter razoável certeza de que, o valor evidenciado no Balanço, é realizável e apropriado.

## NOTA 7 – CLIENTES

Esta rubrica é decomposta da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	mESC	
	2019	2018
Gabinete Primeiro Ministro	20 230	4 682
Outras Empresas	19 954	19 408
Órgãos de Soberania e Autónoma	12 163	12 421
Ministério das Finanças e Administração Pública	11 051	4 479
Assembleia Nacional de Cabo Verde	10 793	3 647
Outros clientes (Pequenos valores)	7 133	8 479
IINFORPRESS- Jornal Horizonte	6 545	6 825
Escolas do ens. Bas, Sec.eE Universidades	6 220	6 761
Restantes Câmaras Municipais	5 536	5 700
Câmara Municipal da Praia	5 355	3 630
Ministério da Justiça e Trabalho	5 173	4 750
EME - Marketing, Lda	3 075	3 075
Jornal A Semana	2 511	2 511
Banco Comercial do Atlântico	2 480	1 768
DIKOR	2 232	2 232
NOSI	2 014	5 900
Caixa Económica de Cabo Verde, S.A.	1 839	2 765
Ministério da Economia e Emprego	1 593	1 593
Minist da Educação, Família e Inclusão Social	1 352	2 523
TACV, S.A.	1 267	1 267
Ministério da Administração Interna	1 190	2 520
CTT - Correios de Cabo Verde	1 131	1 131
Publicom, Lda	1 063	1 063
Outros Ministérios	0	5 076
<b>Subtotal:</b>	<b>131 899</b>	<b>114 204</b>
<b>Menos:</b>		
Perdas por imparidade acumuladas	( 4 489)	( 4 489)
<b>TOTAL</b>	<b>127 410</b>	<b>109 715</b>
Adiantamento de Clientes (i)	( 13 812)	( 11 459)
<b>TOTAL</b>	<b>113 598</b>	<b>98 256</b>

(i) O saldo registado nesta conta inclui alguns depósitos efetuados nas contas de Depósito à Ordem da Imprensa Nacional nos anos anteriores não identificados no processo de reconciliação bancária e que são reconhecido no final do ano como adiantamentos de clientes. No período de referência de relato, não se procedeu a qualquer movimentação na rubrica de perdas por imparidade acumuladas de clientes, conforme se atesta o quadro acima.

Anastácia Fernandes

## NOTA 8 - ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

A rubrica é composta e discriminada como se segue:

DESCRIÇÃO	mESC	
	2019	2018
<b>Passivo</b>		
<b>Não Correntes</b>		
Contribuições p/ Segurança Social (i)	46 834	50 434
Estado e Outros Entes Públicos - Passivo	78 478	78 596
<b>Sub-total - Não Correntes</b>	<b>125 312</b>	<b>129 030</b>
<b>Correntes</b>		
Estado e Outros Entes Públicos - Passivo	7 385	6 292
IRPC - 2019 a pagar	5 454	0
<b>sub-total - Correntes</b>	<b>12 839</b>	<b>6 292</b>
<b>Total - Estado e Outros Entes Públicos</b>	<b>138 152</b>	<b>135 322</b>
<b>Ativo</b>		
Estado e Outros Entes Públicos - Ativo	0	4
<b>Total - Estado e Outros Entes Públicos Líquido</b>	<b>0</b>	<b>4</b>
<b>Decomposição dos saldos (Passivo Corrente)</b>		
Contribuições para a Previdência Social (i)	4 843	4 846
IVA - Imposto sobre Valor Acrescentado	2 205	527
IRPS -Trabalho Dependente (ii)	328	772
IRPS -Trabalho Independente	9	121
IRPS -Prediais	0	26
<b>TOTAL</b>	<b>7 385</b>	<b>6 292</b>

(i) Contribuições para a Segurança Social

O saldo representa o montante das contribuições retidas pela Sociedade e que não foram remetidas à respetiva instituição gestora de segurança social dos trabalhadores, montante este que vem sendo amortizado através de memorando entre as partes desde de fevereiro de 2014.

(ii) Estado e Outros Entes Públicos – Passivo

Corresponde às dívidas de impostos antigos por regularizar e ajustar com o Ministério das Finanças e Administração Pública, conforme os protocolos de encontro de contas assinado em dezembro de 2016 e em março de 2018.

Até a data do balanço a Sociedade não recebeu nenhuma notificação das Autoridades Fiscais.

## NOTA 9 – OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR

Os saldos destas rubricas resumem-se conforme detalhe abaixo:

DESCRIÇÃO	mESC	
	2019	2018
<b>Saldos Devedores</b>		
Serviço Nacional de Proteção Civil (i)	22 560	22 560
Pessoal (Adiantamento de salários e Outras operaç.)	157	155
Outros de valor reduzido	36	54
<b>TOTAL - Outras Contas a Receber</b>	<b>22 753</b>	<b>22 769</b>
<b>Saldos Credores</b>		
Outros de valor reduzido (Especialização de gastos)	5 700	8 747
Acréscimos de gastos c/ pessoal (Férias e Sub. de Férias)	6 063	5 784
Indemnização	0	140
<b>TOTAL - Outras Contas a pagar</b>	<b>11 763</b>	<b>14 672</b>

- (i) Refere-se ao arrendamento de dois Armazéns em Achada Grande Frente - Praia ao Serviço Nacional de Proteção Civil. A ocupação dos dois Armazéns pelo Serviço Nacional da Proteção Civil foi objeto de um processo judicial em janeiro de 2012, do qual resultou uma Declaração de compromisso em fevereiro de 2012 e um Memorando de entendimento assinado em dezembro de 2018.

## NOTA 10 – DIFERIMENTOS

Esta rubrica resume-se como se segue:

DESCRIÇÃO	mESC	
	2019	2018
<b>Diferimentos Ativos</b>		
Gastos a reconhecer (Juros do acordo com o INPS)	1 964	1 964
Seguros de viatura	270	113
Quotizações -2020 (CCISS)	77	0
<b>TOTAL - Diferimentos ativos</b>	<b>2 310</b>	<b>2 077</b>

Anastácia Fernandes

41

## NOTA 11 – CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

DESCRIÇÃO	mESC	
	2019	2018
<b>Caixa</b>		
Valor por depositar	481	15
Fundo Fixo	0	1
<b>Subtotal - Caixa</b>	<b>481</b>	<b>16</b>
<b>Depósito a Prazo</b>		
° Banco Comercial do Atlântico	760	9 947
<b>Subtotal - Dep. A Prazo</b>	<b>760</b>	<b>9 947</b>
<b>Depósitos à ordem</b>		
° Banco Comercial do Atlântico	22 310	18 318
° Banco Africano de Investimentos	4 867	8 310
° Caixa Económica de Cabo Verde	1 489	392
° Banco Interatlântico	929	378
° ECOBANK	836	871
° Banco Caboverdiano de Negócios	584	2 165
<b>Subtotal - Bancos</b>	<b>31 015</b>	<b>30 434</b>
<b>TOTAL</b>	<b>32 257</b>	<b>40 398</b>

Anastácia Fernandes





## NOTA 12 – CAPITAL PRÓPRIO

O saldo desta rubrica decompõe-se como se segue:

DESCRIÇÃO	mESC	
	2019	2018
<b>Capital Social, Reservas e Outras rubricas do Cap. Próprio</b>		
Capital Realizado	130 000	130 000
<i>Capital social subscrito</i>	130 000	130 000
Excedentes de Revalorização	78 464	79 975
Outras reservas	32 668	32 668
Reservas Legais	5 141	5 141
Resultado liquido do periodo	41 567	(108 479)
Resultados Transitados	(138 358)	(35 919)
<b>TOTAL</b>	<b>149 482</b>	<b>103 386</b>

- CAPITAL REALIZADO

O Capital Social da INCV, S.A., a 31 de dezembro de 2019, corresponde a 130.000 ações nominativas de valor nominal de 1.000 ECV cada uma, totalmente subscritas e realizado pelo Estado de Cabo Verde, detidas através da Direção Geral do Tesouro.

- RESERVAS LEGAIS

As Reservas Legais só podem ser utilizadas para cobertura de prejuizos acumulados e aumento de capital. Em 31 de dezembro de 2019, ascendiam a mESC 5.141 (2018: mESC 5.141).

- EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO

O montante desta rubrica é de mESC 78.464 (2018: mESC 79.975) representa o valor do excedente de revalorização não realizado dos Edifícios Armazém da Achada Grande e Edifício situado no Plateau, efetuados em 2008 e 2009, respetivamente, e reconhecidos em 2011.

- RESULTADOS TRANSITADOS

Em 31 dezembro 2019, os Resultados Transitados ascendiam a mESC 138.358 (2018: mESC 35.919).

Anastácia Fernandes

## NOTA 13 – FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

DESCRIÇÃO	mESC	
	2019	2018
<b>Empréstimos Bancários</b>		
Passivo Não Corrente	52 961	60 041
<b>Locações Financeiras</b>		
Passivo Não Corrente	2 288	1 042
<b>Subtotal</b>	<b>55 249</b>	<b>61 083</b>
<b>Empréstimos Bancários</b>		
Passivo Corrente	7 047	6 554
<b>Locações Financeiras</b>		
Passivo Corrente	1 213	576
<b>Sub-total</b>	<b>8 259</b>	<b>7 130</b>
<b>TOTAL</b>	<b>63 508</b>	<b>68 212</b>

*(i) Banco Comercial do Atlântico – financiamento de mESC 84.000*

O saldo de mESC 49.545, respeitante a um empréstimo obtido em 14 de outubro de 2011 para a conclusão das obras de remodelação e expansão do edifício onde funciona a Sede, sito no *Plateau*. Vence juros à taxa de juro nominal de 6,9% ao ano, acrescida de um *spread* fixo de 0,2291 por cento, correspondente ao BCAINDEX seis meses. É amortizado em 180 (cento e oitenta) prestações mensais de capital e juros de mESC 741, com início em julho de 2014 e término em dezembro de 2026.

Para afiançar o reembolso do empréstimo, nas condições e prazos contratados, a Sociedade aceitou o reforço de hipoteca sobre um prédio urbano situado no *Plateau* – Praia, com valor matricial de mESC 145.000.

*(ii) Banco Comercial do Atlântico – financiamento de mESC 16.731*

O saldo de mESC 10.463, corresponde a um reforço de crédito no valor de mESC 16.731, de acordo com o contrato rubricado em 5 de fevereiro de 2013, destinado à liquidação das faturas dos trabalhos a mais do edifício onde funciona a Sede. Vence juros a uma taxa indexada à taxa de cedência de liquidez



do Banco de Cabo Verde, de 8,75%, acrescida de um *spread* de 1%, variável em função das flutuações do indexante. É amortizado em 168 (cento e sessenta e oito) prestações mensais de capital e juros de *mESC* 183, com início em janeiro de 2012 e término em janeiro de 2027.

Para garantir a restituição do empréstimo, nas condições e prazos contratualizados, a Sociedade aceitou constituir 2 (duas) hipotecas sobre um prédio urbano situado no *Plateau* – Praia, com valor matricial de *mESC* 145.000.

**(iii) Banco Comercial do Atlântico – Locação Financeira (1) *mESC* 3.300**

O saldo de *mESC* 1.045 corresponde a um financiamento em Leasing de uma viatura no valor de *mESC* 3.300, de acordo com o contrato rubricado em 22 de julho de 2017, destinado à aquisição de uma viatura zero Km para o Administrador Executivo da INCV. Vence juros a uma taxa indexada ao BCAINDEX 6M, acrescida de um *spread* que perfaça a taxa de 7%, variável, semestralmente, de acordo com as flutuações do indexante. É amortizado em 60 (sessenta) prestações mensais de capital e juros, sobre o qual incide o IVA em vigor (15%) de *mESC* 63.723, com início a 22 de novembro de 2017 e término a em julho de 2021;

**(iv) Banco Comercial do Atlântico – Locação Financeira (2) *mESC* 3.069**

O saldo de *mESC* 2.456 corresponde a um financiamento em Leasing de uma viatura no valor de *mESC* 3.069, de acordo com o contrato rubricado 4 de dezembro de 2019, destinado à aquisição de uma viatura zero Km para o Presidente do Conselho de Administração da INCV. Vence juros a uma taxa indexada ao BCAINDEX 6 meses, acrescida de um *spread* que perfaça a taxa de 6%, variável, semestralmente, de acordo com as flutuações do indexante. É amortizado em 48 (Quarenta e oito) prestações mensais de capital e juros, sobre o qual incide o IVA em vigor (15%) de *mESC* 66.032, com início a 19 de dezembro de 2019 e término a dezembro de 2023;

Anastácia Fernandes

## NOTA 14 – FORNECEDORES

A decomposição do saldo desta rubrica é evidenciada como se segue:

DESCRIÇÃO	mESC	
	2019	2018
INCM - Imprensa Nacional Casa da Moeda	8 451	21 410
CAVEX - Trade e Sourcing, Lda	2 659	11 128
Outros ( <i>Valores individuais reduzido</i> )	2 551	2 463
Câmara Municipal da Praia	2 364	788
TACV, S.A.	846	846
Scryptus_1	330	151
PUBLICOM - Marketing & Pub., Lda	318	318
EME - Marketing, Lda	260	260
GRAFOPEL	206	7 552
ELECTRA, SARL	203	549
INFORSAL. Informática & Telecomunicações	109	31
CV Telecom	101	142
Prime Consulting, S.A.	70	351
TECNICIL Indústria - Soc. Unip., S.A	60	49
Tipografia Santos	54	54
Dominio Gráfica Repórter	1	72
JMT auto 's Reparação e Manutenção	0	368
<b>Subtotal:</b>	<b>18 583</b>	<b>46 532</b>
Adiantamento a Fornecedores	(204)	(62)
<b>TOTAL:</b>	<b>18 379</b>	<b>46 470</b>

A rubrica de fornecedores conta corrente compreende os fornecedores locais que prestam serviços à Sociedade como aquisição de matérias-primas, marketing, rendas e alugueres, transportes marítimos e terrestres, materiais e serviços de conservação e reparação, deslocações e estadias e outros fornecimentos para o normal funcionamento da mesma.

Anastácia Fernandes

#### NOTA 15 – PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

O valor de 22.139 mESC escriturado na rubrica *Passivos por impostos diferidos* corresponde ao remanescente da parcela de 22% calculada sobre o valor do excedente da revalorização do Armazém da INCV em Achada Grande, e do edifício da INCV no Platô, efetuada em 2008 e 2009, respetivamente, e que vai sendo reduzido sucessivamente à medida que o valor da revalorização vai sendo amortizado.

DESCRIÇÃO	mESC	
	2019	2018
<b>Ativos por Impostos Diferidos</b>		
Ativos Impostos diferidos	0	0
<b>Subtotal - Ativos por Impostos</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Passivos por Impostos Diferidos</b>		
Passivos por impostos diferidos	22 139	26 667
<b>Subtotal - Passivos por Impostos</b>	<b>22 139</b>	<b>26 667</b>

#### NOTA 16 – VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

As vendas de produtos acabados e prestações de serviços, efetuadas nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, distribuem-se da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	mESC	
	2019	2018
<b>Vendas</b>		
Trabalhos diversos com direito à dedução	51 247	53 101
Produtos - Venda-a-dinheiro Isento	3 170	4 825
Devoluções de venda	- 9	0
<b>Subtotal</b>	<b>54 408</b>	<b>57 926</b>
<b>Prestação de serviços</b>		
Publicações no Boletim Oficial	86 730	83 882
Rateio - empresas no dia	3 748	2 778
Assinatura de Boletim Oficial	69	45
<b>Subtotal</b>	<b>90 548</b>	<b>86 706</b>
<b>TOTAL</b>	<b>144 955</b>	<b>144 631</b>

Anastácia Fernandes

*[Handwritten signature]*

## NOTA 17 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Esta rubrica é analisada da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	mESC	
	2019	2018
Eletricidade (i)	2 973	2 770
Conservação e reparação (ii)	2 085	3 262
Prestação de Serviço (iii)	1 423	3 442
Comunicação (iv)	1 289	1 441
Deslocações e estadas	1 174	922
Outros fornecimentos e serviços	965	1 226
Material & Serviços Informáticos	913	1 758
Combustíveis e outros fluidos	886	947
Limpeza, higiene e conforto	640	271
Água	546	716
Rendas e Alugueres	452	1 064
Material de escritório	359	293
Publicidade de Propaganda	287	322
Serviços bancários	252	188
Seguros	223	278
Honorários	184	483
Contencioso e notariado	0	65
<b>TOTAL</b>	<b>14 651</b>	<b>19 447</b>

### (i) Eletricidade

Esta conta corresponde ao total dos gastos com o consumo de eletricidade na loja no *Plateau* até abril de 2019 e na Sede durante todo o ano, sito em Achada Grande Frente.

### (ii) Conservação e Reparação

Os saldos destas rubricas incluem, essencialmente, gastos do período destinados à manutenção dos ativos da Sociedade, pelo consumo de peças de reposição, outros materiais, serviços de conservação de veículos, de equipamentos básicos e administrativos.

### (iii) Prestação de Serviços

Esta rubrica incorpora, basicamente, os gastos relativos ao serviços prestado por terceiros no cumprimento da missão empresarial. O valor acima referido inclui o honorário pago ao auditor certificado no âmbito de auditoria externa, no valor de mESC 370.

(iv) *Comunicação*

Esta rubrica incorpora, basicamente, ao total dos gastos relativos ao consumo dos serviços de comunicação móvel, fixo e internet entre outros consumidos pela empresa no cumprimento da missão.

NOTA 18 – GASTOS COM O PESSOAL

O saldo correspondente a esta rubrica é demonstrado conforme detalhe abaixo:

DESCRIÇÃO	mESC	
	2019	2018
Ordenados	31 114	47 338
Encargos sobre remunerações	6 564	9 155
Remunerações dos corpos gerentes	6 540	6 283
Outras despesas com o pessoal	2 322	1 415
Ajudas de Custos dos corpos gerentes	368	603
Indeminizações	26	584
SOAT	195	310
Senhas - Assembleia Geral	57	57
Remunerações adicionais	7	849
<b>TOTAL</b>	<b>47 192</b>	<b>66 593</b>
Número de empregados	63	65
Número médio de empregados	64	66

A variação negativa dos gastos com o pessoal de, aproximadamente, 28% deve-se à utilização da provisão constituída no em 2018 relativos ao Reforma Antecipada de 21 colaboradores, no valor de mESC 19.125 (Ver a Nota 23).

Anastácia Fernandes

## NOTA 19 – OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

O saldo desta rubrica decompõe-se como segue:

DESCRIÇÃO	mESC	
	2019	2018
<b>Outros Rendimentos e Ganhos</b>		
Rendimentos em propriedades investimento (i)	15 600	15 600
Outros rendimentos	2 227	200
Rendimentos Outros prédios urbanos	0	6 510
<b>TOTAL</b>	<b>17 827</b>	<b>22 310</b>

- (i) Corresponde ao arrendamento do imóvel da antiga Sede, no *Plateau*, ao Ministério da Finanças e Administração Pública.

## NOTA 20 – OUTROS GASTOS E PERDAS

Esta rubrica é analisada como se segue:

DESCRIÇÃO	mESC	
	2019	2018
<b>Outros Gastos e Perdas</b>		
IUP - Imposto Único sobre Património	788	788
Outros gastos de valor individual e reduzido	509	3 494
Correções Relativas a Períodos Anteriores	407	2 335
Impostos Selo	128	173
<b>TOTAL</b>	<b>1 833</b>	<b>6 790</b>

## NOTA 21 – JUROS E PERDAS SIMILARES SUPORTADOS

Os juros e perdas similares respeitam essencialmente a gastos com financiamentos obtidos (*ver Nota 13*).

DESCRIÇÃO	mESC	
	2019	2018
<b>Ganhos e Rendimentos</b>		
Juros e Perdas Similares Suportados	33	10
<b>Subtotal</b>	<b>33</b>	<b>10</b>
<b>Perdas e Gastos</b>		
Juros e Gastos similares suportados	(5 473)	(4 662)
<b>Subtotal</b>	<b>(5 473)</b>	<b>(4 662)</b>

## NOTA 22 – IMPOSTO SOBRE RENDIMENTO

Esta rubrica decompõe-se como se segue:

DESCRIÇÃO	mESC	
	2019	2018
Rendimentos	162 815	166 952
Gastos	( 115 784)	( 275 431)
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>47 031</b>	<b>(108 479)</b>
Correções fiscais (Acréscimo)	1 254	6 191
Correções fiscais (Deduções)	-	-
<b>Gastos fiscalmente inaceitáveis</b>	<b>1 254</b>	<b>6 191</b>
<b>Estimativa de matéria coletável</b>	<b>48 285</b>	<b>(102 288)</b>
Dedução prejuízo fiscal	( 24 143)	-
<b>Resultado fiscal</b>	<b>24 143</b>	<b>(102 288)</b>
IRPC do exercício (22%+2% incendio)	5 418	-
Tributação Autónoma	47	-
<b>Imposto estimado</b>	<b>5 464</b>	-
Retenção na fonte	( 10)	-
<b>IMPOSTO A PAGAR</b>	<b>5 454</b>	-

## NOTA 23 - PROVISÕES

O Decreto-Lei n.º3-2018, de 9 de janeiro de 2019 regula o regime de aposentação antecipada especial dos trabalhadores da INCV. De acordo com o n.º1 do artigo 7º do referido diploma, os encargos com as pensões de aposentação antecipada são assumidos pela INCV, a qual cabe, ainda compartilhar com as contribuições a seu cargo destinadas ao financiamento do sistema de previdência e devidas em relação a cada um dos 21 (vinte e um) trabalhadores beneficiados.

A provisão para o programa de pré-reforma por mútuo acordo representa o valor descontado dos encargos totais com a pré-reforma dos referidos 21 (Vinte e um) trabalhadores da INCV. A taxa de desconto utilizada foi de 6,9%, correspondente à taxa média dos financiamentos obtidos pela Sociedade, nos últimos anos. Os pagamentos futuros, incluindo os descontos anuais, são apresentados no quadro a seguir:

Anastácia Fernandes

51

Reestruturação do pessoal-Programa Pré-reforma por mutuo acordo				
2019				2018
Ano	Valor a pagar	Desconto	Valor Descontado	Valor Descontado
2019				19 125 841
2020	18 440 240	2 303 672	16 136 568	16 136 568
2021	17 356 432	3 148 616	14 207 816	14 207 816
2022	16 532 720	3 872 726	12 659 994	12 659 994
2023 e seguintes	75 048 022	29 022 211	46 025 811	46 025 811
	<b>127 377 414</b>	<b>38 347 225</b>	<b>89 030 189</b>	<b>108 156 030</b>

#### NOTA 24 – ACRÉSCIMOS

Os acréscimos e diferimentos, em 2019 e 2018, encontram-se divulgadas nas notas 9 e 10.

O aumento de 4,8% nos Acréscimos de Gastos com o Pessoal deve-se, fundamentalmente, à implementação do novo PCCS em 2019.

#### NOTA 25 – GASTOS COM MERCADORIAS VENDIDAS E CONSUMIDAS

Esta rubrica é analisada como se segue:

DESCRIÇÃO	mESC	
	2019	2018
Inventário inicial	45 520	38 859
Compras	13 520	33 348
Inventário final	( 32 382)	( 45 520)
Gastos c/ Matérias-prima e Subsidiárias	26 658	26 687
Outros produtos de consumo		
Sub-contratos relacionados c/ a produção	934	22 439
Imparidade de Matérias-primas	( 2 463)	( 2 463)
<b>TOTAL</b>	<b>27 592</b>	<b>49 126</b>

Anastácia Fernandes

*[Handwritten signature]*

#### NOTA 26 – PARTES RELACIONADAS

1. À parte as transações com os setor público administrativo, com as Câmaras Municipais e com a Direção Geral das Contribuições e Impostos, não existem outras transações de realce com o acionista Estado, em particular (Ver NOTAS: 7;8;9;16;19 e 22).
2. Não existem transações entre a Sociedade e os titulares dos Órgãos Sociais da Entidade.

#### NOTA 27 - DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Não foi identificada nenhuma, para além do Relatório de Gestão e a composição dos Órgãos Sociais.

#### NOTA 28 – OUTRAS INFORMAÇÕES

1. Em abril de 2018, foi retificado o acordo de pagamento da dívida, por contribuições em atraso, com o Instituto Nacional de Previdência Social, em que, a Sociedade, compromete-se a pagar o remanescente à data, no montante de *mESC* 54.770, referente ao total de contribuições em dívida.
2. O remanescente da dívida acima referida será amortizada em: **(a)** *mESC* 10.800, em 36 (trinta e seis) prestações mensais, iguais e consecutivas, vencendo a primeira prestação em 30 de março de 2018 e a última em 28 de março de 2021; e **(b)** o remanescente da dívida *mESC* 45.933 em 84 (oitenta e quatro) prestações iguais, mensais e consecutivas, no montante de *mESC* 546,8 vencendo a primeira prestação em 30 de Abril de 2021 e a última em 28 de março de 2028.

#### NOTA 29 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Como é do conhecimento generalizado, a pandemia da Covid-19 levou a uma interrupção abrupta do funcionamento da economia, o que tem causado efeitos nas empresas a nível mundial, não sendo Cabo Verde uma exceção.

As medidas restritivas adotadas pelos países, apesar de essenciais para travar a propagação da pandemia, estão a levar as economias ao estado de paralisação profunda sem precedentes e do qual a recuperação não será direta nem automática.

Anastácia Fernandes



Neste contexto, a situação económica e financeira das empresas e dos particulares degrada-se. Nos setores mais expostos aos efeitos imediatos da crise as empresas começam a ter falta de liquidez para fazer face às suas obrigações. O mesmo sucede com os que ficam desempregados e com os trabalhadores independentes. Perante o aumento do risco de incumprimento, os bancos restringem as condições de acesso ao crédito, tonando mais difícil a vida a quem tem dívidas para pagar, mas também a quem tem dinheiro a receber. Estão criadas as condições para uma crise económica generalizada.

Relativamente à INCV, os efeitos da pandemia fazem-se sentir nas vendas de produtos acabados, onde se prevê um queda, no primeiro semestre de 2020, na ordem de 80 %, face às previsões do mesmo ano. Ao contrário das Vendas, as *Prestações de Serviços* apresentam uma evolução satisfatória, com tendência para aumento acima do valor previsto.

A nível de produção, o impacto da queda nas vendas de produtos acabados pode ser compensado pela produção dos Boletins de votos para as Eleições Autárquicas previstas - 2020.

Neste sentido, não se prevê que a pandemia da Covid-19 venha a ter um impacto significativo no volume de negócio e nas atividades da INCV.

A Empresa avaliará continuamente esta situação da pandemia, em consonância com as medidas já anunciadas e outras que eventualmente venham a ser adotadas pelo Governo e pelas instituições financeiras, visando apoiar o tecido empresarial nacional a mitigar os impactos negativos resultantes da pandemia do COVID-19. Ainda que esses impactos venham a ser significativos, não se espera que coloquem em causa a continuidade das operações, nem os compromissos financeiros assumidos.

Desde a data do fecho de contas até esta data não se verificou qualquer outro acontecimento, além dos descritos nos parágrafos acima, que possa influenciar significativamente as Demonstrações Financeiras apresentadas ou que mereça

Anastácia Fernandes  
No 518

# **ANEXOS**



Rua da Macaronésia, Achada Grande Frente, C.P.1113; Praia - Cabo Verde  
Tel: (+238) 261 21 45/ 41 50; Fax: (+238) 261 42 09; E-mail: [inec@inec.cv](mailto:inec@inec.cv); Web: [www.inec.cv](http://www.inec.cv)

---

# **ANEXO 1**

**Ata de aprovação das Contas de 2019**



Rua da Macaronésia, Achada Grande - Frente, C.P.113; Cidade da Praia - Cabo Verde  
Conselho de Administração

## REUNIÃO DO CONSELHO DA ADMINISTRAÇÃO

ATA nº 06/2020

**Dia:** 30 de julho de 2020

**Hora:** 15:00 horas

**Local:** Instalações da INCV em Achada Grande frente

Presenças:

- PCA, Dr. Miguel Ho Chi Mini Semedo
- Administrador Executivo, Eng.º Margarito Augusto Tavares
- Administrador não Executivo, Dr. Vitalzinho Landim
- Fiscal Único, Dr. Bruno Lopes

**Ordem do dia:**

- **Ponto 1:** Aprovar o Relatório de Gestão e as Contas do Exercício do ano 2019, para serem apresentados à Assembleia-Geral.
- **Ponto 2:** Aprovar a Proposta de Aplicação do Resultado do Exercício do ano de 2019, a ser apresentada à Assembleia-Geral.

Após a discussão da ordem do dia e ao abrigo das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Conselho de Administração **proferiu, por unanimidade dos Administradores presentes**, as seguintes deliberações:

- Em relação ao ponto um, aprovar o Relatório de Gestão e as Contas do Exercício do ano 2019;



Rua da Macaronésia, Achada Grande - Frente, C.P.113; Cidade da Praia - Cabo Verde  
Conselho de Administração

- Quanto ao ponto dois, nos termos do artigo 254º e do artigo 41, nº 1, do Código das Sociedades Comerciais, aprovar a seguinte Proposta de Aplicação do Resultado Líquido do exercício do ano de 2019 no valor de mECV 41 567, a ser apresentada à Assembleia-Geral:

- |                          |             |
|--------------------------|-------------|
| - Reserva Legal          | mECV 2 078  |
| - Resultados Transitados | mECV 39 489 |

Não havendo mais nada a tratar, a reunião deu por encerrada às 16:00 horas.

O Presidente do Conselho de Administração

/Miguel Semedo/

O Administrador Executivo

/Margarito Tavares/

O Administrador Não Executivo

/Vitalzinho Landim/



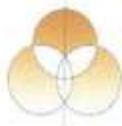


Rua da Macaronésia, Achada Grande Frente, C.P.113; Praia - Cabo Verde  
Tel.: (+238) 261 21 45/ 41 50; Fax: (+238) 261 42 09; E-mail: incv@incv.cv; Web: www.incv.cv

---

# **ANEXO 2**

**Relatório e Parecer do Auditor Externo**



## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Exmo. Acionista e Conselho de Administração da  
INCV-Imprensa Nacional de Cabo Verde, SA

### Opinião com reservas

1. Auditámos as demonstrações financeiras da INCV-Imprensa Nacional de Cabo Verde, SA ("INCV" ou "Sociedade"), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2019, e a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de alterações no capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao exercício findo naquela data, e o anexo contendo um resumo das políticas contabilísticas significativas.

2. Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias descritas na secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da INCV em 31 de dezembro de 2019, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao exercício findo naquela data de acordo com as Normas de Relato Financeiro de Cabo Verde.

### Bases para a opinião com reservas

3. Não obtivemos confirmação externa e não pudemos confirmar por meios alternativos as dívidas da maioria dos clientes da Sociedade, constituída por serviços públicos, pelo que não pudemos certificar o valor escriturado da conta Clientes, constante do ativo do balanço, deduzido do saldo credor relativo a pagamentos de clientes, não identificados, constante do passivo, no montante líquido de 113.598 contos.

4. A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas no parágrafo "Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras" abaixo, neste relatório. Somos independentes da Sociedade, de acordo com os requisitos éticos que são relevantes para nossa auditoria das demonstrações financeiras, expressos no Código de Ética e Deontologia Profissional da Ordem dos Auditores e Contabilistas Certificados de Cabo Verde, e cumprimos nossas outras responsabilidades éticas de acordo com o citado Código de Ética. Consideramos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

### Ênfases

5. Chamamos a atenção para as seguintes divulgações no Anexo:

5.1. A Nota 23 do Anexo faz menção a um programa de reforma antecipada, por mútuo acordo, ao abrigo do Decreto-Lei nº 3/2018 de 9 de janeiro de 2018, o qual abrangeu 21 trabalhadores da INCV, em que os encargos com as pensões de aposentação antecipada ficam a cargo da Sociedade, à qual cabe, ainda, participar para o sistema de previdência social em relação aos trabalhadores beneficiados pelo programa. Foi constituída uma provisão para o programa de reforma antecipada, por mútuo acordo, pelo valor descontado dos encargos totais com o referido programa, cuja cifra é de 89.030 contos, no final do exercício de 2019. Os pagamentos futuros, incluindo o montante anual descontado, estão divulgados na supracitada Nota do Anexo. A nossa opinião não é modificada no que respeita a esta matéria.



5.2. A Nota 29 do Anexo refere que desde a data do fecho das contas até a presente data não se verificou qualquer acontecimento que possa influenciar significativamente as demonstrações financeiras apresentadas, que seja digna de menção, exceto que a 11 de Março de 2020 foi declarada pela Organização Mundial de Saúde uma situação de pandemia mundial devida ao coronavírus SARS-CoV-2, causador do COVID-19. A INCV admite eventuais influências do surto epidémico nas operações da Sociedade mas não consegue quantificar os efeitos da pandemia na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa futuros, admitindo no entanto que a continuidade de exploração da Sociedade não se encontra em causa. A nossa opinião não é modificada no que respeita a esta matéria.

#### **Outras informações distintas das demonstrações financeiras e respetivo relatório do auditor**

6. O Conselho de Administração da INCV é responsável pela elaboração do relatório de gestão da Sociedade, de acordo com o Estatuto e nos termos estabelecidos no Código das Sociedades Comerciais. O relatório de gestão em si não inclui as demonstrações financeiras e o respetivo relatório do auditor.

7. A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não inclui o relatório de gestão e não expressamos qualquer garantia de fiabilidade sobre o mesmo.

8. Em conexão com a nossa auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é de fazer uma leitura do relatório de gestão e, ao fazer isso, analisar se a informação financeira nele contida é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria, ou pareçam conter erros materiais.

9. Se, baseado no trabalho efetuado, concluímos que há erros materiais na informação financeira contida no relatório de gestão, devemos relatar esse facto. Nada temos a relatar a este respeito.

#### **Responsabilidades pelas demonstrações financeiras**

10. O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriadas destas demonstrações financeiras de acordo com as Normas de Relato Financeiro de Cabo Verde e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro.

11. Na preparação das demonstrações financeiras o Conselho de Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Sociedade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade das operações e à utilização do pressuposto contabilístico da continuidade, a não ser que o Conselho de Administração tenciona liquidar a Sociedade ou cessar as operações ou não tem alternativa realista senão fazê-lo.

12. Os encarregados pela governação são responsáveis pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Sociedade.

#### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

13. Os nossos objetivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria conduzida de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas



## AUDITEC-SOCIEDADE DE AUDITORES CERTIFICADOS, LDA.

Registada na Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados

ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores, tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

14. Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

14.1. Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.

14.2. Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Sociedade.

14.3. Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo Conselho de Administração.

14.4. Concluímos sobre a apropriação do uso, pelo Conselho de Administração, do pressuposto contabilístico da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Sociedade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório de auditoria. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Sociedade descontinue as suas operações.

14.5. Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

15. Informamos ao Conselho de Administração, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria e as conclusões significativas da auditoria, incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

Praia, 30 de Julho de 2020

AUDITEC – Sociedade de Auditores Certificados, Lda.



Representada por

Dr. João Marcos Alves Mendes

Auditor Certificado-Cédula Profissional nº 4



Rua da Macaronésia, Achada Grande Frente, C.P.113; Praia - Cabo Verde  
Tel: (+238) 261 21 45/ 41 50; Fax: (+238) 261 42 09; E-mail: incv@incv.cv; Web: www.incv.cv

---

# **ANEXO 3**

## **PARECER DO FISCAL ÚNICO**

## **RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO**

Senhores Acionistas,

### **Relatório da Atividade do Fiscal Único**

Nos termos do Código das Sociedades Comerciais e dos Estatutos e na qualidade de Fiscal Único, apresentamos o relatório sobre a atividade de fiscalização desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras apresentados pelo Conselho de Administração da Imprensa Nacional de Cabo Verde, S.A. (INCV), relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a evolução da atividade da empresa, nomeadamente, (i) tomámos conhecimento das principais decisões do Conselho de Administração, lavradas em atas de reuniões desse órgão, com vista a garantir a observância da lei e dos estatutos, (ii) verificámos a razoabilidade dos registos e documentação contabilística relevante numa base regular, (iii) verificámos o cumprimento das obrigações fiscais e parafiscais, (iv) emitimos parecer sobre os instrumentos de gestão previsional, (v) analisámos o controlo orçamental e acompanhámos a execução do plano de atividades, (vi) procedemos à verificação da razoabilidade e eficácia do sistema de controlo interno relevante, com destaque este ano para levantamentos de procedimentos realizados na Direção Administrativa e Financeira e na área de Recursos Humanos, (vii) participámos da reunião do Conselho de Administração que apreciou o Relatório e Contas referente ao exercício de 2019, (viii) acompanhamos os trabalhos realizados pelos auditores externos, (ix) verificamos a independência dos auditores externos; (x) analisámos com especial atenção a evolução dos planos do projeto da gráfica de segurança e o processo de pré-reforma de trabalhadores por mútuo acordo e (xi) em resultado de encontros com o Conselho de Administração, Direção Administrativa e Financeira, Direção de Produção, auditores externos e outros elementos chave, obtivemos todos os esclarecimentos que entendemos necessários e relevantes, numa base regular.

### **Parecer do Fiscal Único**

Procedemos à análise do Relatório do Conselho de Administração, incluindo a Proposta de aplicação de resultados, e as Demonstrações Financeiras, incluindo o Balanço, a Demonstração de Resultados, a Demonstração de Fluxos de Caixa, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e o Anexo, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Constatámos uma melhoria significativa do resultado líquido negativo face ao ano anterior, fixando-se nos 41.567 milhares de escudos em 2019, face a 108.479 milhares de escudos negativos em 2018, relacionado sobretudo com o reconhecimento em 2018 do valor descontado da totalidade dos montantes a pagar a 21 trabalhadores no âmbito do processo de pré-reforma, mas também pela diminuição relevante de Gastos com mercadorias vendidas e matérias consumidas. Relativamente ao último ponto, o processo de implementação da contabilidade analítica, em curso em 2020, deverá reforçar o controlo e a exatidão do processo de valorização.

Apraz-nos constatar que o ano de 2019 fica também marcado por diligências do Conselho de Administração no sentido de criação das condições para materialização da decisão de implementação do projeto da gráfica de segurança, objetivo ambicioso e de suma importância para a INCV e para Cabo Verde. Como órgão de fiscalização e cientes dos riscos e responsabilidades associados, procederemos ao adequado acompanhamento da execução do projeto.

Participámos ainda numa reunião com representantes do Auditor Independente para nos inteirarmos dos trabalhos desenvolvidos e apreciamos o respetivo relatório, com o qual concordamos. Verificámos que o relatório apresenta (i) uma reserva relativa à impossibilidade de obtenção de confirmação de saldos de Clientes no montante líquido de 113.598 milhares de escudos e (ii) duas ênfases relativas à incerteza do impacto da pandemia COVID-19 e ao reconhecimento em 2018 dos encargos relacionados com o processo de pré-reforma de trabalhadores.

Efetivamente, em relação às duas ênfases, (i) admitimos que o impacto imediato da pandemia COVID-19 na INCV poderá não ser crítico, mas a incerteza quanto à real extensão e profundidade da pandemia é relevante e merece atenção e acompanhamento e (ii) os encargos com o processo de pré-reforma de 21 trabalhadores, bem reconhecidos em 2018, carecem de clarificação adicional em matéria fiscal.

No desenvolvimento da nossa função fiscalizadora, verificámos que:

- (i) as Demonstrações Financeiras permitem uma adequada compreensão da situação financeira da empresa e dos seus resultados;
- (ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados;
- (iii) o Relatório do Conselho de Administração é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da sociedade, evidenciando os aspetos mais significativos;
- (iv) a proposta de aplicação de resultados encontra-se em conformidade com as disposições contratuais, legais e estatutárias.

Entendemos que a análise efetuada proporciona uma base aceitável para expressar o nosso parecer sobre os documentos a serem apresentados pelo Conselho de Administração à Assembleia Geral. Nestes termos, somos do parecer que:

- (i) seja aprovado o Relatório do Conselho de Administração;
- (ii) sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras;
- (iii) seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados.

Cidade da Praia, 31 de julho de 2020

O Fiscal Único



Bruno Miguel Delgado Gomes Lopes  
Auditor Certificado nº 31